



O Direito a Meios Sustentáveis de Vida

**Estratégias, Lições
Aprendidas e Acções
(2008 a 2010)**



O Direito a Meios Sustentáveis de Vida

**Estratégias, Lições Aprendidas e Acções
(2008 a 2010)**



Índice

Siglas	4
Resumo executivo	5
1. O contexto	7
1.1 Meios sustentáveis de vida: trabalhar dos dois lados da divisão entre as zonas rural e urbana	8
1.2 Princípios funcionais	10
1.3 O que é que temos vindo a financiar?	11
1.4 O que é que aprendemos?	12
2. A realização de meios sustentáveis de vida: questões prioritárias	15
3. Entender os meios de vida: conceitos fundamentais	19
3.1 Mundos rurais	19
3.2 O quadro de meios sustentáveis de vida	20
3.3 Risco, vulnerabilidade e capacidade de resistência	22
3.4 A abordagem das relações de poder	22
3.5 O entendimento do género	23
4. Estratégias para a realização dos meios sustentáveis de vida	25
4.1 Estratégia nº 1: Desenvolvimento e protecção dos activos <i>Respeitar o direito a um meio sustentável de vida</i>	27
4.2 Estratégia nº 2: Encorajar os titulares de deveres a actuarem com responsabilidade <i>Proteger o direito a um meio sustentável de vida</i>	32
4.3 Estratégia nº 3: Criação de Oportunidades <i>Realizar o direito a um meio sustentável de vida</i>	37
Implementação: dos conceitos às acções	41
Glossário	45
Bibliografia	47

Siglas

ABD	Abordagem Baseada nos Direitos
ACP	Países de Africa, das Caraíbas e do Pacífico
APE	Acordo de Parceria Económica
BPA	Boas Práticas Agrícolas
CBCRM	Gestão de Recursos Costeiros Baseada na Comunidade
DeC	Direitos em Crise
GCAP	Chamada Mundial à Acção contra a Pobreza
GEE	Gases com efeito de estufa
GEP	Gestão Estratégica do Programa
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
ICE	Iniciativa de Comércio Ético
IFI	Instituição financeira internacional
IMF	Instituição micro-financeira
JE	Justiça económica
KIC	Infra-estrutura de Conhecimento para e entre Contrapartes
MDGs	Metas de Desenvolvimento do Milénio
MSV	Meios Sustentáveis de Vida
OBC	Organização Baseada na Comunidade
OI	Oxfam Internacional
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
P&D	Pesquisa e desenvolvimento
PI	Propriedade intelectual
Q&C	Qualidade e Controlo
RSPO	Mesa Redonda sobre o Óleo de Palmeira Sustentável
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
UE	União Europeia
VBG	Violência Baseada em Género

Resumo executivo

A Oxfam Novib tem uma longa história de programação em desenvolvimento rural. A agricultura tem sido um foco importante desta abordagem. Uns 2,5 biliões de pessoas nos países em vias de desenvolvimento, dependem da agricultura para os seus meios de vida. Tanto a história como as evidências, confirmam a importância da agricultura para o crescimento global e a redução da pobreza. O presente documento para debate (*“position paper”*) dá uma vista geral do próximo trabalho da Oxfam Novib sobre o direito a meios sustentáveis de vida.

O Capítulo 1 apresenta evidências dos efeitos da agricultura na redução da pobreza, relativamente aos demais sectores. É por isso que a Oxfam Novib continuará a apoiar o trabalho com a agricultura. As contrapartes da Oxfam Novib fizeram contribuições importantes para as práticas e mudanças a nível das políticas que favorecem os pequenos agricultores. Ao mesmo tempo, a Oxfam Novib reconhece a importância das remessas de dinheiro, da migração e do crescimento das estratégias não agrícolas, para o melhoramento do bem-estar económico das pessoas que vivem na pobreza. Nos próximos anos a Oxfam Novib realizará vários projectos piloto e projectos de pesquisa, como parte do seu tema de inovação para o Objectivo nº 1 – o direito a meios sustentáveis de vida – para melhorar a compreensão desta dinâmica, extrair as lições aprendidas e desenvolver intervenções convenientes para apoiar estas estratégias de meios de vida.

O Capítulo 2 passa em revista as principais mudanças que influenciaram o actual estado do sistema agrícola e de abastecimento alimentar, fazendo menção daquelas que é provável que venham. É provável também que as cadeias de abastecimento em evolução, a degradação ambiental, a mudança climática, o HIV/SIDA e o crescimento populacional, coloquem mais pressão sobre a viabilidade das propriedades agrícolas mais pequenas. Para que muitos dos agricultores e trabalhadores mais pobres prosperem, é necessário um conjunto diferente de políticas e práticas.

O Capítulo 3 apresenta várias tipologias e conceitos que podem ser utilizados para ajudar o pessoal da Oxfam Novib na realização de análises a nível regional e nacional. Ele sugere que o pessoal do programa faça uso do quadro de meios sustentáveis de vida para chamar a atenção para os activos, bem como para as análises em termos de poder e de género, assim como de instrumentos para a avaliação da vulnerabilidade, de forma a responder às necessidades dos homens e das mulheres que vivem na pobreza.

O Capítulo 4 traça três áreas estratégicas no trabalho da Oxfam Novib sobre os meios de vida: desenvolver e proteger os activos; incentivar os governos e o sector privado a actuarem de forma responsável; e criar oportunidades para as pessoas pobres. Na linguagem dos direitos, estas estratégias estão alinhadas com as obrigações dos titulares de deveres – os governos, o sector privado e as instituições multilaterais – de respeitarem, protegerem e realizarem o direito a meios sustentáveis de vida.

A primeira estratégia focaliza a ajuda aos pobres para acumularem os seus activos para que possam reivindicar os seus direitos. Os recursos naturais geridos de forma sustentável, oferecem oportunidades de meios de vida e são de importância crítica para reduzir a vulnerabilidade, sobretudo à luz da mudança climática. Para aqueles

dentre os pobres no meio rural que disponham de mais activos produtivos, as acções focarão o melhoramento do acesso aos serviços financeiros, para que possam tirar proveito do acesso melhorado aos mercados. Para os trabalhadores rurais, os salários e condições de trabalho condignos são fundamentais para o melhoramento das suas vidas.

Em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos, a segunda estratégia inclui um trabalho que visa influenciar os titulares de deveres no sentido de ajustarem as suas políticas e actividades para que sejam sustentáveis e beneficiem todos os homens e mulheres que vivem na pobreza.

A terceira estratégia envolve um trabalho que visa garantir as condições que permitirão que os pequenos produtores aproveitem novas oportunidades de mercado e participem na tomada de decisões, garantindo que as arenas internacionais se tornem favoráveis aos pobres (p. ex. através da feitura de campanhas). A Oxfam Novib focará a mudança das regras do jogo, de tal modo que sejam reconhecidas as necessidades dos pobres, e a criação das condições para o crescimento favorável aos pobres. No seu trabalho de feitura de campanhas, a Oxfam Novib focará a necessidade dos pequenos agricultores serem abrangidos nas cadeias de comercialização, e dos mesmos serem protegidos contra a concorrência pelas importações. Focará igualmente a necessidade do sector privado procurar de propósito fornecedores de pequena dimensão e, de estabelecer critérios e uma governação que tornem mais fácil que os pequenos proprietários sejam competitivos. Em outras palavras, o foco estará na criação de oportunidades para aqueles agricultores que tenham os activos certos para tirar proveito do comércio.

Subjacente a estas três estratégias, a Oxfam Novib vai precisar de pôr em ligação os seus trabalhos programáticos, de feitura de lobbies e de feitura de campanhas, para que haja o impacto máximo. O Capítulo 4 ressalta a importância da feitura de lobbies a favor de políticas que assegurem condições de trabalho condignas para os trabalhadores agrícolas e o respeito pelos seus direitos humanos, assim como por um acordo justo pós-Kioto para responder à mudança climática.

Por fim, o Capítulo 5 traça as acções que a Oxfam Novib empreenderá para traduzir esta política em acção. Estas incluem a formação do pessoal e a testagem dos conceitos apresentados neste documento, para actualizar os planos de gestão programática estratégica (SPMs). O capítulo propõe igualmente uma maior cooperação e integração com projectos planificados, a nível de análises em termos de poder e de género, e novos instrumentos de monitoria para actualizar esta política no futuro.

Dentro do quadro de planos de gestão programática, trabalho de feitura de lobbies e de advocacia, a nível dos países e regional, o presente documento procura ajudar a Oxfam Novib a reflectir sobre as opções em termos de políticas e a melhorar a eficácia do seu trabalho.

1. O contexto

O cultivo de culturas e criação de gado para alimentação e venda, o trabalho num ambiente seguro por um salário condigno, o estabelecimento de micro-empresas e a pesca em águas limpas – são os requisitos fundamentais para que os homens e mulheres pobres procurem melhorar as suas vidas. Mas em muitos países em vias de desenvolvimento, os agricultores têm que semear culturas em solos já degradados por causa do uso excessivo ou da erosão. Eles lutam contra a seca, as cheias, pragas e doenças. E caso eles efectivamente consigam ter uma colheita bem sucedida, contra todas as probabilidades, depois eles têm que viajar por más estradas na esperança de encontrar compradores para os seus produtos. Ante o seu acesso limitado aos mercados internacionais e os custos crescentes dos insumos agrícolas, muitos agricultores são obrigados a abandonar as suas propriedades agrícolas à procura de oportunidades de emprego em outra parte. São as mulheres que sofrem mais, na medida em que elas enfrentam também barreiras financeiras, jurídicas e sociais ao melhoramento dos seus meios de vida.

É possível mudar este cenário. É igualmente possível mudar as relações desiguais de poder que perpetuam a pobreza e a desigualdade. Isto está a acontecer em muitos lugares pelo mundo fora. Os homens e mulheres pobres estão a acumular os seus activos, eles estão a implantar instituições que representam os seus interesses, e estão a fazer com que os governos e o sector privado dêem ouvidos às suas reivindicações.

Já há muito que superar a pobreza pelo fortalecimento dos meios de vida dos homens e das mulheres que vivem na pobreza, é fulcral para o trabalho da Oxfam Novib rumo ao alcance dos seus cinco objectivos (veja-se o Quadro 1), se bem que o foco e estratégias mudaram com a passagem do tempo. O presente documento descreve as prioridades da Oxfam Novib para o Objectivo nº 1 – o direito a meios sustentáveis de vida. Ele explica o trabalho que fazemos através de programas de desenvolvimento a longo prazo, de campanhas de feitura de lobbies e de advocacia, assim como da assistência humanitária. Afirmo igualmente a forma como achamos que as mudanças positivas podem realizar-se, e o que procuramos alcançar.

Quadro 1. Os cinco objectivos da Oxfam Novib	
Objectivo nº 1	O direito a meios sustentáveis de vida
Objectivo nº 2	O direito a serviços sociais básicos
Objectivo nº 3	O direito à vida e à segurança
Objectivo nº 4	O direito a ser ouvido: cidadania social e política
Objectivo nº 5	O direito a uma identidade: género e diversidade

O presente documento consolida a maneira actual de pensar sobre os meios de vida, com base nos planos empresariais da Oxfam Novib e da Oxfam Internacional (OI), assim como sobre as lições aprendidas a partir das avaliações e da pesquisa, e das experiências das suas contrapartes. Ele procura proporcionar uma base conceptual para o trabalho inovador sobre os meios de vida nos próximos anos, e explicar ao pessoal e às agências externas, como é que a Oxfam Novib e as suas contrapartes continuarão a trabalhar para conseguir o direito a meios sustentáveis de vida.

1.1 Meios sustentáveis de vida: trabalhar dos dois lados da divisão entre as zonas rural e urbana

Esta secção explica a abordagem da Oxfam Novib, os seus princípios de trabalho e as lições aprendidas a partir das organizações financiadoras que trabalham nos meios sustentáveis de vida.

A Oxfam Novib tem dois objectivos – alcançar a segurança alimentar e de rendimento e obter condições condignas de emprego – sendo os dois de importância crítica para vencer a pobreza. Na ausência de alimentação e rendimentos suficientes, as pessoas não conseguem prover à subsistência das suas famílias nem participar em diversos aspectos da vida social e económica. De forma semelhante, na ausência de salários e condições de trabalho condignos, falta às mulheres e aos homens pobres – quer sejam produtores quer consumidores – o poder de ter acesso aos mercados e influenciar os mesmos, ou de melhorar o seu bem-estar. Os meios sustentáveis de vida constituem um direito, consagrado no direito internacional dos direitos humanos.

Boa parte do trabalho da Oxfam Novib tem focado as zonas rurais e a agricultura (veja-se o Quadro 2). Este foco continuará, conforme vem explicado no plano empresarial da Oxfam Novib:

- A pobreza a nível mundial é principalmente rural. Estima-se que 62% a 75% de todas as pessoas pobres vivem nas zonas rurais. Mais de 70% dos pobres do mundo vivem no sul da Ásia e na África sub-saariana.¹
- Apesar da urbanização crescente, estima-se que em 2035 mais de 50% das pessoas pobres permanecerão nas zonas rurais, sendo a maior parte delas pequenos proprietários. Em muitos países a pobreza rural é mais severa do que nas zonas urbanas, sobretudo entre os trabalhadores agrícolas (estando frequentemente a mais de 60%),² mulheres e comunidades indígenas.³
- Existe forte evidência de que os investimentos na agricultura são mais eficazes na redução da pobreza do que gastos em outros sectores.⁴

Quadro nº 2. Agricultura, meios de vida e meios rurais de vida

- A **agricultura** refere-se ao cultivo de culturas, à criação e produção pecuárias, aos produtos florestais não de madeira, à pesca e à aquacultura.
- Os **meios de vida** definem-se como “as actividades, activos e acesso que determinam conjuntamente o sustento ganho por um determinado indivíduo ou agregado familiar”.
- Os **meios rurais de vida** dependem dos recursos naturais como fontes de rendimento. As pessoas do meio rural podem ser pequenos proprietários, mas igualmente trabalhadores e arrendatários rurais.

Outra razão pela qual a Oxfam Novib está a trabalhar sobre questões agrárias, tem a ver com a abundância de perícia das suas organizações contrapartes. Elas estão em boas condições de desempenhar um papel activo na reestruturação da agricultura para que os homens e mulheres agricultores pobres possam tirar proveito. Elas contam também com uma experiência valiosa na abordagem de assuntos ambientais,

¹ Dados do IFAD (2001); IWMI (2007).

² Os trabalhadores agrícolas incluem trabalhadores das plantações, trabalhadores sub-contratados, migratórios ou eventuais, contratados por produtores em pequena escala, agricultores dependentes dos salários, e trabalhadores sem-terras.

³ Dados do IFAD (2001, 2003).

⁴ OCDE-FAO (2006): *Perspectiva Agrícola 2006 a 2015*, página 17.

porque os agricultores desempenham um papel não só na produção alimentar, como igualmente na sua qualidade de protectores de boa parte dos recursos naturais do mundo.

A atenção actualmente dada à mudança climática elevou a sensibilidade de como os agregados familiares que são dependentes dos recursos naturais, serão afectados pelas cheias ou pela seca. É claro que as mudanças no clima trarão mudanças diferentes a regiões diferentes. Algumas zonas poderão beneficiar de pluviosidade aumentada, por exemplo. Mas tomando em conta vários aspectos, aqueles que vivem nas regiões mais pobres têm maior probabilidade de sofrer mais, por serem menos capazes de adaptar-se às novas condições. As organizações que trabalham a nível local, contam com a experiência e conhecimentos que serão necessários para fazer com que os meios de vida sejam mais resistentes à crescente variabilidade climática.

No passado, presumia-se que a produção agrícola aumentada gerasse, por sua vez, oportunidades de geração de rendimento fora da agricultura, por via dos efeitos de encadeamento. No entanto, este pressuposto já não é sustentável. Para muitas famílias no meio rural, o cultivo por si só não consegue proporcionar meios suficientes de sobrevivência. Portanto, elas recorrem a outras actividades de forma a espalhar os riscos, ou de aguentar com as insuficiências do mercado de trabalho ou de crédito e com outros choques. A pesquisa recente na Ásia do Sudeste e em África, constatou que muitas pessoas no meio rural estão a abandonar a agricultura a favor de oportunidades de emprego mais rentáveis em outra parte. Em algumas partes de África, estima-se que agora até 42% das receitas totais no meio rural provêm de fontes fora da agricultura.⁵ Cada vez mais, os agregados familiares rurais dependem de remessas de dinheiro dos seus familiares para complementar os seus rendimentos. Quer estes trabalhadores migratórios estejam sendo “empurrados”, quer “puxados” para as zonas urbanas e para ter empregos múltiplos, muitos agregados familiares já são de locais e funções múltiplos.

Os trabalhadores migratórios e associações na diáspora efectuam investimentos financeiros e outros nos seus países de origem, reforçando dessa forma a economia local e servindo de condutos para novas ideias. Mas é igualmente importante reconhecer os custos humanos e sociais da migração. Muitos trabalhadores migratórios, em particular as mulheres, são marginalizados tanto nos seus países de origem, como nos países anfitriões, onde eles raramente participam na vida social, económica ou política.

A Oxfam Novib reconhece a importância na redução da pobreza, da diversificação de estratégias de rendimento, das remessas de dinheiro e da migração. São urgentemente necessários em cada uma destas áreas, esforços no sentido de políticas inovadoras, do reforço institucional e da capacitação. A partir duma perspectiva de meios de vida, as instituições baseadas na comunidade – como é o caso dos bancos rurais, cooperativas femininas e instituições micro-financeiras – podiam ser utilizadas para ligar as remessas de dinheiro ao desenvolvimento. O desafio está em responder às barreiras práticas que dificultam os fluxos de remessas de dinheiro e outros recursos para propósitos económicos estratégicos, e em aproveitar no máximo as instituições financeiras, agências governamentais e organizações da sociedade civil a diversos níveis. Ao mesmo tempo, é necessário respeitar os direitos dos trabalhadores migratórios e das suas famílias e abordar as causas da migração. Nos próximos anos, como parte do seu tema de inovação

⁵ Barrett et al. (2000).

para o Objectivo nº 1, a Oxfam Novib lançará vários projectos piloto e projectos de pesquisa para melhorar o entendimento destas dinâmicas, extrair as lições aprendidas e elaborar intervenções convenientes para apoiar estas estratégias de meios de vida.

Portanto, a nova política da Oxfam Novib propõe o seguinte:

1. um apoio permanente para a agricultura ante o seu potencial de contribuir para a redução da pobreza no meio rural;
2. a redução da vulnerabilidade dos homens e mulheres pobres, pelo reforço da sua base de activos para que estejam em melhores condições de gerir o risco e a incerteza; e
3. a testagem do pressuposto acerca da importância da agricultura para as famílias rurais. Não se pode presumir, por exemplo, que um determinado grupo social dependa da produção duma determinada cultura ou sistema agrícola para a sobrevivência. É provável que a pesquisa mostre que as estratégias individuais de meios de vida, sejam tanto variadas como complexas. Certamente haverá diferenças consideráveis entre os pobres e os mais abastados no que diz respeito às suas fontes de rendimento e estratégias de meios de vida. Também será de importância crítica, entender a dinâmica em termos do género na diversificação das estratégias de meios de vida.

Evidentemente a elaboração de acções a nível das políticas que incorporam e apoiam as diversas actividades económicas dos membros itinerários dos agregados familiares, representa um enorme desafio. Uma estratégia sozinha não consegue ir ao encontro das diversas necessidades dos homens e das mulheres. Efectivamente, serão necessárias combinações de intervenções. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que sozinhas as políticas de meios de vida não serão suficientes. O desenvolvimento rural bem sucedido tem que integrar a provisão de serviços sociais tais como de educação e cuidados de saúde, bem como novos mecanismos de tomada de decisões que permitirão que os homens e as mulheres expressem as suas preocupações, necessidades e aspirações. Igualmente, as políticas têm que ser inspiradas por análises da forma como as mulheres e os homens reagem a diferentes oportunidades e constrangimentos sociais, políticos e económicos.

1.2 Princípios funcionais

A visão de meios sustentáveis de vida por parte da Oxfam Novib, é inspirada por vários princípios funcionais, conforme vêm resumidos a seguir.

Responder às necessidades básicas das pessoas constitui uma obrigação e não benevolência

A equidade e a justiça estão no seio de todos os programas, trabalho de feitura de lobbies e de advocacia da Oxfam. Para a Oxfam Novib, a implementação duma abordagem baseada nos direitos (ABD) envolve cinco elementos:⁶ analisar as causas subjacentes da pobreza e da injustiça; incluir os beneficiários em tais análises; adoptar uma perspectiva integral (*holistic*); trabalhar a partir dos princípios dos direitos humanos; e identificar as responsabilidades tanto dos portadores de direitos como dos titulares de deveres. Mas em última instância, são os governos que são responsáveis por garantir o direito dos seus cidadãos a meios sustentáveis de vida. Trabalhar com uma ABD implica que são necessários esforços tanto no sentido

⁶ *Veja-se Oxfam Novib (2006d): How the RBA Works in Practice, e o documento para debate (position paper) (2007b) que explica o quadro da ABD.*

de responsabilizar os estados por garantir os direitos civis, políticos, económicos, culturais e humanos de todos os cidadãos, como de potencializar tanto os homens como as mulheres para reivindicar esses direitos.

A Oxfam Novib trabalha com outros para responder à pobreza e à injustiça

A Oxfam Novib financia ONGs, organizações baseadas na comunidade (OBCs), instituições micro-financeiras (IMFs) e organizações dos produtores (todas estas a nível local), assim como movimentos sociais que lutam pela mudança. Desde 2003 a Oxfam Novib colabora com o sector privado para promover acções que contribuirão para os meios de vida. As empresas privadas podem contribuir para o desenvolvimento e a redução da pobreza como parte da sua actividade comercial central – através da geração de postos de emprego, de inovações no mercado e da gestão da cadeia de abastecimento. As empresas podem estar envolvidas na advocacia por boa governação, no combate à corrupção, no investimento na infra-estrutura e na pressão por legislação e regulamentos empresariais, bem como na filantropia e nos investimentos sociais.

A “cidadania activa” pode ocasionar uma mudança positiva

A mudança social não acontece espontaneamente, propulsionada ou pela difusão ou pelas “forças do mercado”, mas antes, é produzida por indivíduos e grupos que procuram, encontram e criam oportunidades e tomam uma atitude. É necessário que as organizações que representam as mulheres, agricultores, pescadores, pastores, comunidades indígenas e jovens no meio rural, estejam igualmente envolvidas na feitura de políticas e em acções para promover meios sustentáveis de vida. Uma tal “cidadania activa” está no seio da visão da Oxfam de como a mudança positiva se realiza. Os cidadãos potencializados que se juntam para exprimir a sua voz colectiva, possuem um potencial enorme para conseguir uma maior equidade e justiça social, conforme foi mostrado ao longo dos anos pelos sindicatos, grupos de consumidores e, mais recentemente, por movimentos da sociedade civil como é o caso da Chamada Mundial à Acção contra a Pobreza (GCAP).

1.3 O que é que temos vindo a financiar?

Em 2007 a Oxfam Novib financiou 370 organizações contrapartes que trabalham nos meios rurais de vida, representando 44% da carteira total de parceiros. Destas, 169 organizações fornecem serviços de extensão agrícola; mais de 100 oferecem serviços financeiros no meio rural; cerca de 50 focalizam as actividades fora da agricultura, como é o caso da formação profissional ou empresarial; e 162 estão envolvidas na feitura de lobbies para obter mudanças nas políticas em domínios tais como a agricultura, o comércio, o meio ambiente e a posse da terra. Por fim, mais de cem contrapartes estão a pôr os pequenos agricultores em ligação com os mercados, através duma abordagem de cadeia de valor, e/ou auxiliando-os para entrar nos mercados para os produtos de especialidade (comércio justo, orgânico, etc.).

As estratégias das contrapartes variam de uma região para outra. Em África, por exemplo, a maior parte das contrapartes oferece serviços de extensão agrícola, por causa do grande número de agricultores de subsistência, dos conflitos e calamidades naturais recorrentes, dos efeitos do HIV/SIDA e da falta de apoio governamental para a agricultura. Na América Latina, por outro lado, a maior parte das contrapartes está envolvida na feitura de lobbies e no desenvolvimento da abordagem de cadeia de valor.

1.4 O que é que aprendemos?

As avaliações recentes do trabalho da Oxfam Novib nos meios de vida⁷ deram algumas lições valiosas, conforme vêm classificadas a seguir, estando muitas delas inter-relacionadas. Por exemplo, a estratégia adoptada por uma determinada organização, muita das vezes depende da sua estrutura interna, da qualidade dos seus quadros, assim como da capacidade do doador de ser bom interlocutor, de escutar e de incentivar a inovação.

Lições aprendidas acerca das estratégias das contrapartes

- Tiveram impactos importantes, as estratégias de intervenção que focalizam a formação do capital humano (p. ex. através da formação) e aquelas com que se pretende fomentar a produção virada para o mercado, sobretudo (e frequentemente de propósito) para as camadas mais ricas das populações rurais.
- As intervenções no sentido de melhorar o acesso ao mercado exigem a cooperação com vários intervenientes, inclusive com as instituições financeiras para estas proporcionarem créditos, com as empresas do sector privado detentoras de perícia em gestão empresarial e comercialização, bem como com os governos locais, para a realização de mudanças na política pública.
- Em muitos países, o contexto das políticas tem uma influência decisiva sobre o sucesso das intervenções. Muitos projectos não conseguiram prever isto, nem idearam formas convenientes de interceder no processo das políticas. As intervenções menos bem sucedidas têm sido as que visavam o reforço das organizações dos camponeses, a constituição de ONGs ou de organizações de agricultores para a realização de operações de comercialização (com a excepção daquelas que põem os produtores em ligação com os mercados existentes) e as que promoviam a conservação dos solos ou das águas.
- Boa parte do trabalho das contrapartes envolve a prevenção da criação de nova pobreza. As acções que “evitam que suceda o pior” – talvez devido a uma nova política governamental, um novo latifundiário ou a desarborização – devem igualmente ser contados como resultados (menos visíveis) do seu trabalho.
- É necessário que as contrapartes melhorem a sua compreensão da dinâmica cultural local, da sua complexidade e de como interage, assim como das políticas a nível nacional e internacional. Por exemplo, muitas intervenções careceram duma componente de género. É necessário que todas as contrapartes direccionem as suas intervenções para evitar a exclusão na base do rendimento, género, religião ou etnia.
- É necessário que sejam melhorados os esforços de monitoria e avaliação, incluindo o estabelecimento de marcos para a interpretação e avaliação dos resultados, tanto para avaliar a eficácia dos programas, como para proporcionar contribuições para os debates sobre assuntos estratégicos e as vantagens comparativas de diversas abordagens. São necessárias a monitoria e a avaliação, para a aprendizagem interna e para demonstrar a eficácia (a nível dos custos) dos programas, tanto para os doadores como para os beneficiários, e para contribuir para o aumento de escala e reprodução dos programas.

Lições aprendidas sobre como a Oxfam Novib funciona

- É necessário que a Oxfam Novib estimule a inovação e a mudança, e que aloque mais meios para a planificação, monitoria/avaliação e aprendizagem.
- É necessário que os resultados sejam avaliados, não só em termos de rendimentos aumentados, como igualmente de “pobreza evitada”. É necessário

⁷ *Andes and Sahel; IOB Evaluation 2007: Uganda and Brazil.*

igualmente que estes resultados sejam comunicados mais eficazmente aos autores das políticas.

- É necessário que a Oxfam Novib reconheça a diversidade de actividades de geração de rendimento nas zonas rurais, evitando assim o uso de termos simplistas tais como “pequenos agricultores” e “agricultura de subsistência”. Isto aponta para a necessidade de empregar conceitos nítidos que reflectam a realidade da experiência efectiva.
- É necessário que seja melhorada a colaboração com outros doadores, sobretudo no trabalho de advocacia pelas políticas públicas. O trabalho com o sector privado podia proporcionar oportunidades importantes para ter-se acesso ao know-how e perícia especializados.
- Como membro da OI, a Oxfam Novib tem prestado muita atenção ao melhoramento das oportunidades de mercado para os pobres no meio rural. Contudo, esta abordagem não vai necessariamente funcionar para todas as pessoas do meio rural. Com efeito, para alguns grupos que podem eventualmente não estar prontos para aproveitar os “mercados” e o “comércio”, poderá até piorar as suas vidas. Muitos grupos que enfrentam a perda da terra, dos recursos naturais ou das redes sociais, têm maior probabilidade de necessitar de algum tipo de protecção. Além do mais, para as pessoas rurais potencialmente “prontas para o mercado”, as flutuações no mercado ou as calamidades naturais podem significar que o património que acumularam, pode ficar reduzido seriamente ou totalmente perdido. Portanto, é necessária maior atenção no sentido de proteger o património, reduzir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade de resistência destes grupos.
- Por último, de forma a ser mais aberta para com as organizações que empregam estratégias inovadoras de intervenção, a Oxfam Novib podia emitir chamadas mais frequentes por propostas para estimular a mudança na sua carteira de parceiros, sobretudo para o trabalho sobre tendências pouco examinadas, como seja a da diversificação dos rendimentos fora da agricultura.

Este documento para debate leva todas estas lições em conta. Conforme ficará claro no que se segue, a Oxfam Novib elaborou novas ferramentas, como é o caso dos planos de gestão programática estratégica (SPMs) para ajudar o seu pessoal no desenho de melhores programas. Os oficiais regionais responsáveis das campanhas estão a ajudar as organizações contrapartes no desenvolvimento das suas habilidades de feitura de lobbies e de advocacia e a ligarem-se aos autores das políticas a todos os níveis. Foi introduzida uma nova política de avaliação, para fomentar a prestação de contas e a aprendizagem (veja-se o Capítulo 5). Por último, a Oxfam Novib constituiu a Infra-estrutura de Conhecimentos para e entre as Contrapartes (KIC, www.oxfamkic.org) para facilitar a partilha de conhecimentos entre as organizações que trabalham em assuntos semelhantes.

Embora nem todas estas mudanças tenham sido impulsionadas por lições específicas aprendidas a partir de projectos de meios sustentáveis de vida, mesmo assim elas contribuirão para melhorias no trabalho futuro. O capítulo a seguir examina várias questões prioritárias que é de esperar que auxiliem o pessoal a colocar as perguntas certas acerca dos projectos de meios de vida da Oxfam Novib.



2. A realização de meios sustentáveis de vida: questões prioritárias

Este capítulo descreve os assuntos principais que afectam os homens e mulheres que vivem na pobreza, sobretudo nas zonas rurais. Embora evidentemente não seja possível cobrir todos os aspectos da pobreza e da desigualdade, estes são domínios nos quais a Oxfam Novib e as suas contrapartes acumularam uma perícia considerável, e nos quais o nosso trabalho possui uma mais-valia. Elas proporcionam igualmente oportunidades para criar-se fortes ligações entre os programas e o trabalho de feitura de campanhas.

Políticas neoliberais e programas de ajustamento estrutural

A crise da dívida dos inícios dos anos 80 e os programas multilaterais subsequentes de cedência de empréstimos, deram um ponto de entrada para as instituições financeiras internacionais imporem uma agenda neoliberal aos países em vias de desenvolvimento – de desvalorização monetária, da abolição dos impostos sobre a exportação e da remoção das barreiras ao comércio. Os governos foram encorajados a baixar as despesas públicas em subsídios aos insumos agrícolas, juntas de comercialização (*marketing boards*) e serviços de investigação e extensão. Ironicamente, estes cortes foram efectuados numa altura em que estes mecanismos eram mais necessários, enquanto os países em vias de desenvolvimento estavam sendo incitados a abrir as suas economias à concorrência proveniente de países que proporcionam subsídios generosos aos seus próprios sectores agrícolas. Estas políticas são igualmente responsáveis em parte pela actual crise nos preços dos alimentos.

Políticas de comércio internacional

Os governos do norte reservam as suas políticas comerciais mais restritivas para os países mais pobres, custando-lhes cerca de 100 biliões de USD por ano – duas vezes o que recebem em ajuda. Os “dois pesos e duas medidas” dos países industrializados atingem o seu ponto máximo na agricultura.⁸ Os subsídios pagos aos agricultores nos Estados Unidos e na União Europeia (UE), somam a mais de 1 bilião de USD por dia. Eles beneficiam os agricultores mais ricos, provocam danos ambientais enormes (p. ex. a perda de bio-diversidade, degradação dos solos) e resultam em excedentes que são exportados para os mercados mundiais a preços abaixo do mercado (*dumped*). Sob as regras internacionais do comércio, inclusive aquelas da Organização Mundial do Comércio (OMC), e os Acordos de Parceria Económica (EPAs) da UE,⁹ os países em vias de desenvolvimento não conseguem proteger os seus mercados contra a concorrência desleal, com os consequentes impactos devastadores sobre os pequenos produtores.

Novas oportunidades de mercado para os produtores em pequena escala

Com a globalização do comércio retalhista e de distribuição, muitos agricultores pobres estão a ter mais dificuldades para vender os seus produtos. Os supermercados estão a penetrar rapidamente os mercados nos países em vias de

⁸ Oxfam Internacional (2002) *Rigged Rules and Double Standards*, páginas 6, 10 a 11.

⁹ Oxfam (2006a) *Unequal Partners*, Nota Informativa da Oxfam, página 2.

desenvolvimento, o que leva a novas exigências em termos de quantidade, qualidade e calendários de entrega.¹⁰ O poder de compra está cada vez mais nas mãos de uns poucos processadores e retalhistas, e os agricultores em grande escala estão em melhores condições de cumprir com normas e exigências do mercado que são mais rigorosas. Não obstante, a procura crescente de produtos especializados, como é o caso do café, está a proporcionar novas oportunidades para os pequenos produtores. Mudanças na procura pelos consumidores, e preocupações sociais e ambientais crescentes, levaram os retalhistas a elaborar sistemas de certificação, como por exemplo a rotulagem do comércio justo, de produtos orgânicos e étnicos, e a adquirir produtos a partir de pequenos agricultores. Com as políticas certas e um apoio institucional, muitos pequenos agricultores podiam tirar proveito destes mercados emergentes.

Insegurança alimentar crescente

O recente pico nos preços dos alimentos foi atribuído a vários factores, inclusive a procura crescente de bio-combustíveis e de carne na China,¹¹ e preços recorde do petróleo que aumentaram os custos do fertilizante e do transporte. A existência de reservas decrescentes devido às colheitas falhadas e a rendimentos decrescentes em alguns países, assim como à especulação nos mercados para os produtos primários, aumentaram a pressão. Mas em muitos casos, a insegurança alimentar é o resultado do investimento insuficiente na agricultura e na infra-estrutura, do predomínio das empresas agrícolas nas cadeias de abastecimento, e de políticas alimentares e agrícolas mal geridas.

Isto tudo significa que a alimentação tornou-se muito cara para muitas pessoas pobres nos países em vias de desenvolvimento, as quais gastam entre 50% e 80% dos seus rendimentos na alimentação. As mulheres estão afectadas desproporcionadamente, uma vez que normalmente são responsáveis pela compra de alimentos para as suas famílias. Se bem que preços mais altos afectam milhões de agregados familiares, podem eventualmente proporcionar também uma oportunidade para que os agricultores pobres melhorem os seus meios de vida. Mudanças radicais nas políticas sobre a ajuda alimentar, e a eliminação dos subsídios às exportações, das restrições às exportações e dos controlos sobre os preços, contribuiriam para corrigir deformações nos mercados mundiais e preparar o terreno para uma solução a longo prazo para os preços instáveis dos alimentos.

Uso da terra em mudança e em conflito

No futuro, à medida que a procura de terra para o cultivo de culturas para alimentação e para os biocombustíveis continua a aumentar, os pequenos proprietários enfrentarão uma concorrência crescente da agricultura industrial e do comércio. Sob as condições certas, os bio-combustíveis podiam contribuir para as reduções das emissões de carbono, ao mesmo tempo que estimulassem o desenvolvimento agrícola no Sul. Porém, as metas imponderadas dos EUA e da UE criaram uma “luta para abastecer”, na ausência de fortes quadros no seu lugar para proteger os grupos vulneráveis ou o meio ambiente. Como resultado, é provável que a produção dos biocombustíveis no Sul esteja a prejudicar mais do que ajudar, sendo substituídas vastas extensões de floresta e terra agrícola por plantações de palmeira, soja e cana de açúcar.¹² Estão a aumentar as preocupações de que as metas do norte para as emissões, levem a níveis não sustentáveis de procura de

¹⁰ Reardon e Berdegue (2002) *The rapid rise of supermarkets in Latin America*, páginas 317 a 334.

¹¹ OCDE-FAO (2006) *Perspectivas Agrícolas 2006–2015*.

¹² Na Indonésia, a extensão de plantações de palmeira aumentou de um milhão de hectares (ha) em meados dos anos oitenta, para seis milhões de ha em 2007, e há planos para mais vinte milhões de ha nas próximas duas décadas. No Brasil, 21% da terra cultivada está dedicada actualmente à soja (Seedling, Julho de 2007, pág. 4).

bio-combustíveis, provocando a perda de bio-diversidade e a segurança alimentar decrescente. À medida que mais agricultores optam por cultivar bio-combustíveis (por causa dos subsídios) em vez de culturas para alimentação, isto podia fazer aumentar ainda mais os preços dos alimentos.

Degradação ambiental e mudança climática

A ONU calcula que 60% dos ecossistemas do mundo estão a ser degradados ou usados de maneira não sustentável,¹³ com consequências graves para os mais pobres. A pesca excessiva, por exemplo, está a ameaçar o estado nutricional de milhões de pessoas em África e no sul da Ásia, para quem os produtos pesqueiros constituem no mínimo 50% da sua absorção de proteína animal e de minerais. Além disso, por causa do seu baixo estatuto social e económico, as mulheres são mais frequentemente vulneráveis do que os homens aos impactos da degradação ambiental. A mudança climática vai afectar a viabilidade dos sistemas agrícolas, em particular em África.¹⁴ É claro que é necessário que as questões ambientais e de mudança climática sejam melhor integradas nas intervenções de eliminação da pobreza e de desenvolvimento económico.

Condições de emprego a piorar

Vários factores estão a afectar os padrões de emprego nos países em vias de desenvolvimento. O HIV/SIDA ceifou as vidas de milhões de agricultores, assim reduzindo a produção agrícola. Em áreas de risco elevado, a doença está a ser “feminizada”, ameaçando em particular as mulheres pobres, assim como as organizações que trabalham nestas áreas. A migração está igualmente a afectar a disponibilidade de mão-de-obra, com implicações profundas para a acumulação de activos a nível do agregado familiar, se bem que os trabalhadores migratórios proporcionam remessas de dinheiro, informação e novas ideias empresariais aos seus países de origem.

A propagação da agricultura intensiva, orientada para a exportação (p. ex. horticultura, floricultura) alimentou a procura de mão-de-obra barata, sobretudo feminina, a qual recebe frequentemente muito menos do que a masculina. O número crescente de trabalhadores migratórios de sexo feminino é um dos aspectos da flexibilidade crescente da força de trabalho, mas o mesmo está igualmente a levar ao empobrecimento de muitos agregados familiares. Regra geral, os níveis de organização no sector agrícola são muito baixos; sem ninguém para representar os seus interesses, os trabalhadores rurais têm pouca oportunidade de exprimir as suas preocupações. Os salários dos trabalhadores temporários e eventuais são ainda piores em relação aos do pessoal do quadro.

Abordar o género nas oportunidades ligadas à agricultura e aos meios de vida

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) reconhece que as mulheres nos países em vias de desenvolvimento constituem 63% da força de trabalho agrícola, em comparação com 51% a nível mundial, mas elas são responsáveis pela produção de 60% a 80% dos alimentos.¹⁵ São poucos os trabalhadores agrícolas de sexo feminino que têm acesso ao ensino, à informação e à formação em uso das novas tecnologias. É raro ver mulheres representadas nas cooperativas agrícolas ou nas associações de agricultores, estando elas restringidas quer por lei quer por costume, o que limita o seu acesso ao crédito, à informação e à formação, e as impede de fazer chegar as suas opiniões aos autores das políticas e aos planificadores.

¹³ *Millennium Ecosystem Assessment (2005).*

¹⁴ *Thornton (2006) Climate Vulnerability and Poverty in Africa.*

¹⁵ *FAO (1996) Sowing the Seeds of Knowledge, Food for All: Cimeira Mundial da Alimentação, Roma.*

Investigação agrícola privada

Depois de vários anos de diminuição, é provável que os investimentos na investigação agrícola aumentem nos próximos anos. Já são habituais as chamadas por mais uma “revolução verde” em África. Neste momento de optimismo, no entanto, existe um risco de que sejam perdidos os conhecimentos tradicionais sobre as sementes, dos agricultores e das comunidades indígenas – sobretudo os das mulheres. Hoje em dia, as dez principais empresas agro-industriais (com sedes na Europa, nos EUA ou no Japão), correspondem a metade de todas as vendas comerciais de sementes e de agro-químicos.¹⁶ Os interesses do sector privado estão a dominar cada vez mais a investigação agrícola.

Resumo

Novas oportunidades parecem estar a abrir-se para os pequenos proprietários. A procura crescente de produtos especializados oferece o acesso a novos mercados, mas não vai beneficiar todos os agricultores. Enquanto isso, a comercialização da agricultura para satisfazer a procura crescente de alimentação, água, madeira e bio-combustíveis, está a alterar os ecossistemas mais rapidamente do que nunca. Processos tais como a realocação de terrenos, a mudança de culturas para alimentação para culturas energéticas e a diminuição da bio-diversidade, estão a ameaçar os meios de vida de milhões de pessoas pobres. A complexidade destas questões exige um engajamento a diversos níveis. Mudanças a nível das políticas e práticas (a nível tanto internacional como nacional), complementadas por acções substanciais a nível local, podem funcionar para mudar para o melhor as vidas dos homens e mulheres pobres.

¹⁶ ETC (2005).

3. Entender os meios de vida: conceitos fundamentais

Num contexto tão complexo, a Oxfam Novib precisa de ter uma política sobre os meios de vida que consiga proporcionar uma orientação para as opções difíceis que terão de ser escolhidas. No passado, a Oxfam Novib priorizou o melhoramento da produtividade agrícola, orientada por uma dicotomia entre o “rural” e o “urbano”. Mas está a ficar cada vez mais claro que as pessoas pobres adoptam várias estratégias nos seus esforços para melhorar as suas vidas. Portanto, este documento assinala uma mudança de ênfase da forma anterior de pensar da Oxfam Novib (2001), conforme está realçada na Tabela 1.

Tabela 1: A forma de pensar da Oxfam Novib sobre os meios sustentáveis de vida

Documento para debate de 2001	O presente documento para debate
Entendeu uma dicotomia entre urbano e rural	Reconhece as interligações entre o urbano e o rural
Enfatezou em grande parte o melhoramento da produtividade agrícola	Reconhece a interdependência entre a produção, comercialização, etc.
Focalizou o melhoramento dos activos	Reconhece a importância de melhorar e proteger os activos (p. ex. redução do risco das calamidades) and a redução da vulnerabilidade.
Promoveu o mainstreaming do género	Realça a liderança feminina e o mainstreaming do género

É necessário que todas as políticas que procuram criar mudanças positivas nas vidas das pessoas que vivem na pobreza, reconheçam a diversidade das estratégias de meios de vida. Portanto, cada local requer intervenções específicas ao contexto. Este capítulo apresenta várias tipologias e conceitos que podem contribuir para o nosso entendimento destas estratégias.

3.1 Mundos rurais

A Oxfam Novib financia organizações em alguns dos países mais pobres do mundo. A pobreza está distribuída de maneira desigual entre e dentro das populações rurais que tais organizações servem. Em 2006, a OCDE-FAO elaborou uma tipologia de agregados familiares rurais¹⁷ a qual é apresentada a seguir, com algumas modificações, em particular relativamente ao Mundo Rural nº 3.

- *Mundo Rural nº 1*: Agregados familiares e empresas agrícolas comerciais em grande escala, com expressão influente na política a nível nacional, nos assuntos políticos e tendo laços com as cadeias de valor impulsionadas pelos compradores. Tais empresas também dão emprego aos membros dos outros mundos.

¹⁷ OCDE-FAO (2006) *Perspectivas Agrícolas 2006–2015*, páginas 10–24.

- *Mundo Rural nº 2*: Agregados familiares e empresas agrícolas tradicionais, não sendo competitivos a nível internacional mas com propriedades consideráveis, dedicados à produção tanto comercial como de subsistência. Eles têm poucos laços com as cadeias de abastecimento da agro-indústria, se bem que alguns estão a aprender do Mundo Rural nº 1 e estão a tornar-se mais comerciais.
- *Mundo Rural nº 3*:¹⁸ Agregados familiares e micro-empresas agrários, incluindo aqueles que possuem activos limitados (em terra, crédito), habitando ecossistemas frágeis, com unidades de tamanho reduzido que produzem alimentação para o consumo e venda nos mercados locais. Os membros deste grupo, que incluem muitas mulheres e agregados chefiados por pessoas de sexo feminino, dependem do emprego fora da agricultura para uma parte importante dos seus rendimentos.
- *Mundo Rural nº 4*: Agregados familiares sem-terras e micro-empresas rurais, cuja mão-de-obra e laços comunitários constituem os seus principais activos. Muitos destes agregados familiares são chefiados por mulheres. Os contratos de parceria agrícola (*sharecropping*) e a migração, constituem opções para os meios de vida. O Mundo Rural nº 4 depende dos Mundos Rurais nº 1 e nº 2, para oportunidades de emprego e de geração de rendimento.
- *Mundo Rural nº 5*: Agregados familiares rurais cronicamente pobres, muitos dos quais já não estão economicamente activos, tendo liquidado ou perdido os seus activos durante períodos de crise. Um número crescente de agregados familiares encontra-se nesta situação, devido ao HIV/SIDA. A exclusão social e as desigualdades de género são muito frequentes. As redes protectoras são imprescindíveis para este grupo.

A maior parte do trabalho programático da Oxfam Novib foca os Mundos Rurais nº 3, nº 4 e nº 5 e, em medida menor, os Mundos Rurais nº 1 e nº 2. As políticas projectadas para o Mundo Rural nº 1, podem ser benéficas em termos de criação de postos de emprego e de acesso aos mercados, mas as mesmas podem igualmente ser à custa dos activos do Mundo Rural nº 3, e podem eventualmente deixar de proporcionar condições condignas de vida para o Mundo Rural nº 4. A situação pode tornar-se pior se os latifundiários tradicionais do Mundo Rural nº 2 adoptarem tecnologias modernas para melhorarem a sua produtividade, mas mantiverem relações laborais semi-feudais que oferecem poucos ou nenhuns benefícios para os Mundos Rurais nº 3, nº 4 ou nº 5, e minam o meio ambiente de que dependem.

Esta tipologia é útil para o seguinte:

- realçar tipos diferentes de pobreza e os seus factores determinantes;
- identificar os diversos impactos que as intervenções e estratégias podem ter sobre grupos diferentes; e
- visualizar a forma como a diversificação das estratégias de meios de vida de um determinado grupo, pode eventualmente ter impacto nas opções de meios de vida de outros grupos.

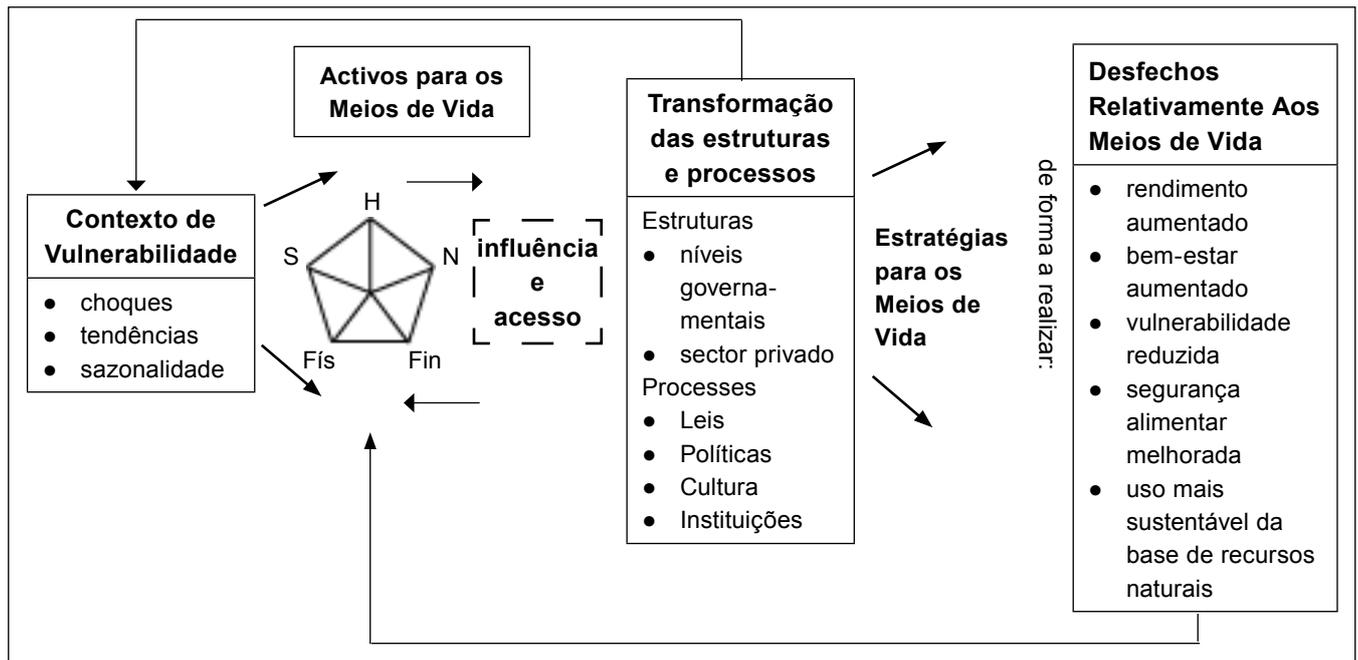
3.2 O quadro de meios sustentáveis de vida

No trabalho da Oxfam sobre os meios de vida, o quadro de meios sustentáveis de vida (MSV) (veja-se a Figura 1) proporciona a base para o entendimento do relacionamento entre as comunidades pobres e as forças sócio-económicas,

¹⁸ Os agregados familiares do Mundo Rural nº 3 são descritos como sendo "de subsistência", ou seja, virados para garantir a segurança alimentar. Na base da experiência da Oxfam Novib, sabemos que muitos agregados familiares que produzem alimentos tanto para o consumo como para venda, têm dificuldades para garantir a segurança alimentar para as suas famílias.

ambientais e institucionais externas. As unidades críticas de análise são os activos (ou capital) a nível do agregado familiar, os quais incluem o seguinte: capital natural (terras, água); capital social (unidades sanitárias, escolas); capital humano (conhecimentos, habilidades); capital físico (infra-estrutura, insumos); e capital financeiro (rendimento, créditos). Os meios de vida são sustentáveis apenas quando as pessoas possuem a propriedade segura dos activos ou o acesso aos mesmos, e são resistentes aos choques e calamidades. Quanto maior e mais variada for a sua base de activos, mais sustentáveis e seguros serão os seus meios de vida.

Figura 1. Quadro de meios sustentáveis de vida



Legenda: H – Capital Humano, S – Capital Social, N – Capital Natural, Fís – Capital Físico, Fin – Capital Financeiro

Fonte: DfID, 1999

O quadro de MSV é útil para a reflexão sobre os objectivos, abrangência e prioridades dos programas de desenvolvimento. Ele realça a importância do entendimento das várias componentes dos meios de vida, que incluem as prioridades que as pessoas identificam, as instituições que constituem os limites dentro dos quais trabalham, ou que podem ser influenciadas a fim de realizar a mudança, as estratégias que adoptam na prossecução das suas prioridades, e o contexto de vulnerabilidade que influencia os resultados destas estratégias a nível dos meios de vida.

O quadro de MSV tem algumas desvantagens, na medida em que não está bem abordada a dinâmica em termos do poder e do género dentro do agregado familiar, e o seu objectivo é a “sustentabilidade” e não a “capacidade de resistência” (*resilience*), que é mais apropriado para grupos vulneráveis em certos contextos (p. ex. zonas de conflito). Em último lugar, o contexto de vulnerabilidade (choques, tendências, sazonalidade) está posicionado fora do agregado familiar, ao passo que ele é fundamental para muitas estratégias de meios de vida.

3.3 Risco, vulnerabilidade e capacidade de resistência

O quadro dos MSV é útil numa situação estável, o qual não é o caso em muitos dos cenários onde trabalham as contrapartes da Oxfam Novib. Evidentemente que nas situações de emergência, é difícil alcançar o objectivo de “sustentabilidade”. Ao mesmo tempo, no entanto, nos cenários complexos de emergências humanitárias, a maior parte das pessoas depende do seu sistema de meios de vida para a sobrevivência e a recuperação. Nestes contextos, é mais apropriado focar a redução da vulnerabilidade pelo melhoramento da capacidade de resistência.

A vulnerabilidade descreve a capacidade dos agregados familiares ou das comunidades de aguentarem com os acontecimentos e pressões aos quais estão expostos. Tais pressões – o falecimento dum familiar, um emprego perdido, a doença ou a perda de colheitas – podem empurrar as pessoas para uma espiral descendente de vulnerabilidade e pobreza crescentes. A seguir, elas procuram formas de aguentar com os riscos que as rodeiam. O risco enfrentado por um indivíduo ou agregado familiar pobre pode ser representado numa fórmula simples: risco = perigo x vulnerabilidade. Reduzir o risco é uma forma de desenvolver a capacidade de resistência.

A Oxfam Novib tem estado a apoiar programas baseados na comunidade, de redução do risco das calamidades, como parte do seu trabalho para alcançar o Objectivo nº 3 – o direito à vida e à segurança. A redução do risco das calamidades, não só reduz o sofrimento e salva vidas, como igualmente pode limitar os danos económicos. Os impactos das calamidades podem ser minimizados por uma organização eficiente, uma análise dos riscos e planificação bem fundamentadas, e pelo investimento na redução do risco (veja-se o Quadro 3). O elemento chave é de capacitar as comunidades para se prepararem para as calamidades antes destas ocorrerem, para aguentar com as mesmas depois que ataquem, e para reconstruir as suas vidas o mais rápido possível depois disso.

Quadro 3. Redução do risco das calamidades

Os três elementos da redução do risco das calamidades são como se seguem:

1. a redução da vulnerabilidade por tornar as vidas e os meios de vida mais resistentes;
2. a abordagem dos perigos/choques e a minimização da exposição aos acontecimentos perigosos; e
3. o melhoramento das maneiras de identificar o risco e a ocorrência provável dos perigos, em combinação com a monitoria da vulnerabilidade dum determinada população, pelo estabelecimento de sistemas eficazes de aviso antecipado (DFID, 2006).

3.4 A abordagem das relações de poder

O alcance de meios sustentáveis de vida no meio rural – e o fim da pobreza – exigem a abordagem das relações de poder. O poder pode ser conceituado de várias maneiras e pode inspirar debates, mas isto nem sempre é útil para o reforço dos programas de meios de vida. Por causa disto, talvez seja útil realçar as características do poder e a forma como este entendimento pode ajudar no desenho de intervenções relativamente aos meios de vida. Em poucas palavras, podemos distinguir um mínimo de quatro formas de poder:

1. Poder sobre: de manter alguém fraco, vulnerável;

2. Poder para: a capacidade de decidir acções e realizá-las;
3. Poder com: o poder colectivo por meio da acção conjunta;
4. Poder por dentro: a auto-confiança pessoal.

O poder funciona a vários níveis, que variam entre o agregado familiar, até às instituições políticas, políticas a nível nacional e regimes de comércio internacional. O poder também é relacional – aqueles que estejam relativamente sem poder num determinado contexto, podem eventualmente ser mais poderosos em outros. Ninguém está completamente sem poder. Mesmo assim, as pessoas que vivem na pobreza, sobretudo as mulheres, manifestam frequentemente a sua impotência relativamente aos seus empregadores, aos mercados ou ao estado, e ao facto de não conseguirem um tratamento justo. Diferenças a nível do poder entre os homens e as mulheres, os adultos e as crianças, e entre os pobres e os mais abastados, afectam as oportunidades e resultados de inúmeras formas. Para fazer uma diferença, as pessoas pobres têm que ser capazes de fazer ouvir as suas vozes e de fazer-se representar nos foros de tomada de decisões. Isto implica mudanças nas relações de poder, nas atitudes e no comportamento.

A análise do poder pode ajudar a entender os factores estruturais subjacentes que impedem os esforços no sentido de reduzir a pobreza, assim como os incentivos para a realização de meios sustentáveis de vida. Uma tal análise pode indicar, por exemplo, a razão pela qual não se permite que as mulheres herdem a terra, e o que pode ser feito acerca de tais expressões. Portanto, a análise do poder, a qual tende para a análise política, pode complementar outros tipos de análise, inclusive do género, de direitos humanos, de conflitos, etc.

Com respeito ao género, existe concordância ampla de que os esforços no sentido de aliviar a pobreza seriam mais eficazes se as mulheres dispusessem de mais poder sobre os recursos e sobre os seus próprios corpos. Dentro da família enquanto instituição, operam dimensões ocultas de poder, muito em detrimento das mulheres. É provável que todas as instituições tenham estas dimensões ocultas, as quais tendem a ser definidas em termos de género. Os dispositivos jurídicos reforçam frequentemente a sua condição subordinada. Em qualquer intervenção, é importante responder a estas dimensões ocultas do poder, e identificar o papel das instituições na geração e manutenção das hierarquias na base do género.

3.5 O entendimento do género

Os homens e as mulheres possuem bens, acesso aos recursos e oportunidades diferentes. As mulheres são raramente proprietárias da terra, podem ter pouca escolarização, e frequentemente têm acesso aos recursos produtivos e à tomada de decisões apenas através da mediação dos homens. As mulheres podem dispor de menos benefícios e protecção nos termos dos sistemas jurídicos costumeiros ou estatutários, do que os homens. Falta-lhes a autoridade para tomar decisões e de controlo dos meios financeiros. Elas sofrem igualmente sob cargas maiores de trabalho, o isolamento social e a ameaça de violência. As ideologias predominantes de género atribuem às mulheres uma gama mais estreita de opções em comparação com os homens, o que limita as suas oportunidades.

Porque é que isto importa para os meios sustentáveis de vida? Importa porque as análises e quadros mentais que não levam em consideração a desigualdade por género, correm o risco de aumentar a desigualdade. É necessário que todas as intervenções avaliem a forma como as normas em termos do género vão afectar o

seu sucesso, e vice versa (veja-se o quadro 4). No caso ideal, as intervenções para melhorar as vidas das mulheres deviam procurar desenvolver os activos e o estatuto das mulheres a nível da sociedade, de modo a transformar os objectivos a nível do género.

Quadro 4. Análise em termos de género
<p>Uma análise em termos de género envolve a colocação de perguntas acerca da divisão dos papéis entre os homens e as mulheres nas esferas produtiva e reprodutiva. Ela examina igualmente as diferenças entre os homens e as mulheres em termos de acesso aos activos e de controlo dos mesmos, e das suas necessidades práticas e estratégicas. O que se pretende, é fazer uso desta informação nos programas ou projectos, na tentativa de tornar a divisão de papéis mais flexível, realçando a importância dos papéis reprodutivos (inclusive os dos homens) e em particular, promovendo o controlo pelas mulheres sobre os activos. O reforço do papel de liderança das mulheres, é fundamental para realizar a justiça de género. É necessário que as mulheres tenham mais destaque, por exemplo em cargos de tomada de decisões nas associações de produtores, nas associações de agricultores, cooperativas e instituições micro-financeiras.</p>

A Oxfam Novib adoptou o conceito de justiça de género. Enquanto resultado, isto implica o seguinte:

- Condições económicas igualitárias para os homens e as mulheres (jornada de trabalho, remuneração e condições laborais (tanto formais como informais), controlo dos activos e acesso aos mesmos, segurança alimentar, etc.).
- Acesso por igual ao ensino, cuidados de saúde, água e saneamento e poder de tomada de decisões a nível institucional, com respeito a tais serviços.
- Igualdade de acesso ao auxílio e à protecção no caso de crises humanitárias, participação e liderança na planificação e implementação.
- Igualdade na participação civil e política, com o objectivo de realizar a liderança transformativa a diversos níveis da sociedade, por e para as mulheres e os homens.
- A auto-determinação das mulheres no que diz respeito à sua sexualidade, reprodução e vidas ou estilos de vida, e uma vida isenta de violência baseada no género.

Resumo

Os conceitos e tipologias descritos neste capítulo realçam o seguinte:

- A programação sobre os meios de vida exige um nível profundo de compreensão do contexto.
- Dentro de uma determinada área espacial, podem co-existir mundos diferentes.
- A aplicação do quadro de meios sustentáveis de vida, chama a atenção para os activos.
- As análises do poder e em termos de género, chamam a atenção para as relações e para as normas e crenças que as sustentam. Quem é que tem acesso aos activos produtivos? Quais são as normas que estão subjacentes a tal acesso? Quais são as estratégias que podem ser empregues para garantir que os homens e mulheres pobres tenham acesso aos mesmos?
- Em situações de conflito ou de instabilidade política, é necessário garantir que a vulnerabilidade seja fundamental ao nosso entendimento dos meios de vida.

4. Estratégias para a realização dos meios sustentáveis de vida

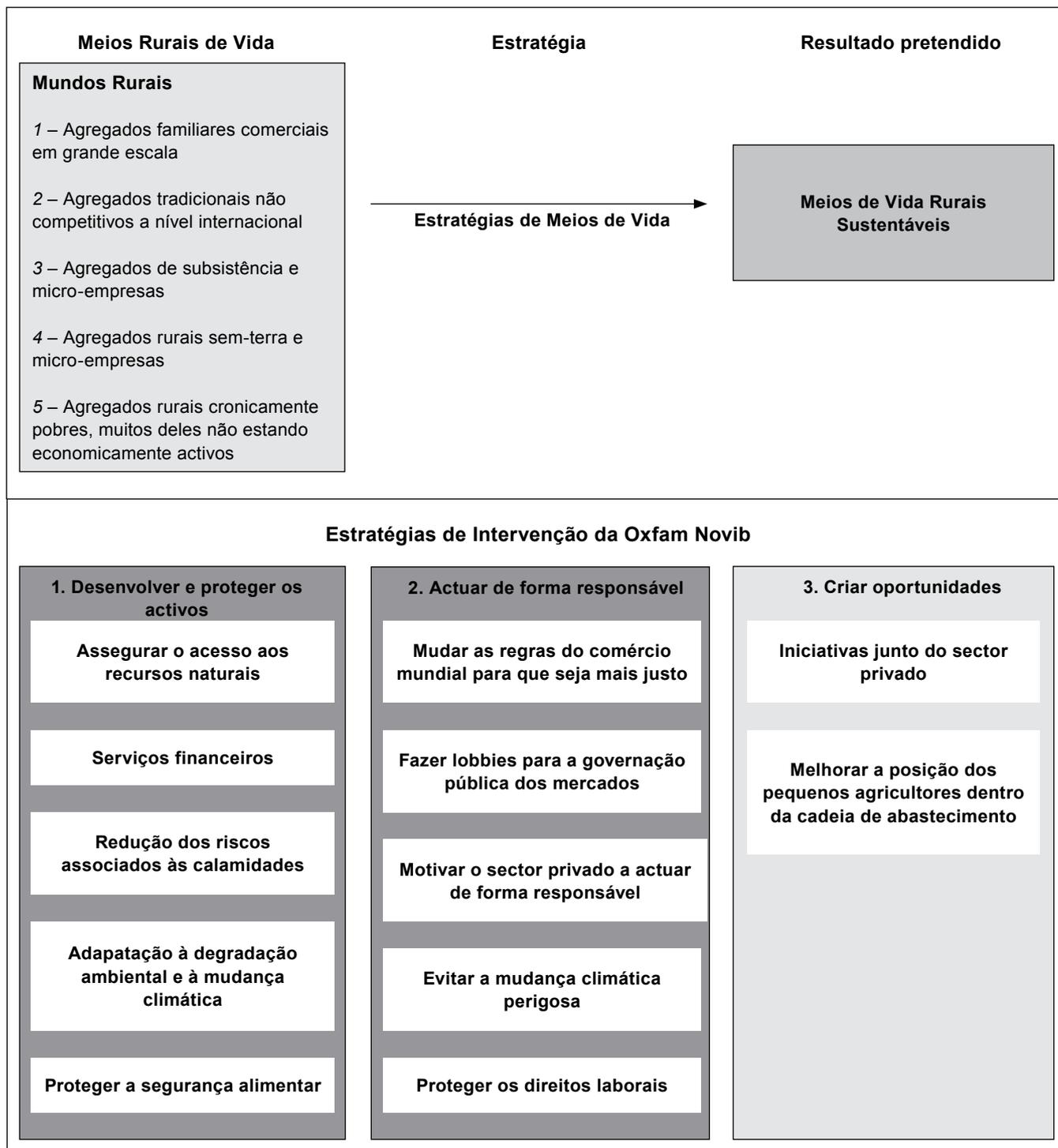
A Oxfam Novib apoiará as organizações contrapartes na implementação de três estratégias que são imprescindíveis para a realização dos meios sustentáveis de vida:

- desenvolvimento e protecção dos activos;
- o encorajamento dos governos e do sector privado no sentido de actuarem com responsabilidade; e
- a criação de oportunidades para as pessoas pobres.

Na linguagem dos direitos, estas estratégias estão alinhadas com as obrigações dos titulares de deveres de respeitarem, protegerem e cumprirem com o direito a um meio sustentável de vida. A Figura 2 proporciona uma representação visual destas estratégias.

As secções que se seguem especificam os tipos de acções que serão apoiados sob cada uma destas estratégias.

Figura 2. As três estratégias da Oxfam Novib



4.1 Estratégia nº 1: Desenvolvimento e protecção dos activos

Respeitar o direito a um meio sustentável de vida

Esta estratégia focaliza o desenvolvimento dos activos das pessoas pobres para que possam reivindicar o seu direito a meios sustentáveis de vida. Para aqueles segmentos das populações rurais com mais activos produtivos, as acções focarão o melhoramento da sua posição, inclusive a facilitação do acesso aos serviços financeiros por parte dos agricultores, para que possam tirar proveito dos mercados. Para os trabalhadores rurais, o melhoramento das suas condições de trabalho é de importância primordial. Em último lugar, o reforço da capacidade dos homens e das mulheres de gerirem o risco ambiental, não só diminuirá a sua vulnerabilidade à mudança climática, como aumentará igualmente o seu bem-estar social e os encaminhará pela via rumo ao desenvolvimento sustentável.

Garantir o acesso aos recursos naturais

O acesso aos recursos naturais, como por exemplo a terra, florestas e água, é de importância crítica na luta quotidiana das pessoas pela segurança alimentar e de rendimento. As mulheres em particular são mais afectadas pelos solos em degradação e pelas fontes poluídas de água. Os recursos naturais geridos de forma sustentável, proporcionam oportunidades de meios de vida para muitas pessoas pobres e fornecem um mecanismo crítico para fazer frente, sobretudo à luz da variabilidade crescente do clima (veja-se o quadro 5). A ênfase dada aos meios de vida, por causa das secas mais frequentes, tornará necessário que se invista na resolução de conflito entre certos grupos, como é o caso dos pastores e dos agricultores.

Quadro 5. Gestão de recursos costeiros baseada na comunidade nas Filipinas

A situação

A pesca é importante para muitos países em vias de desenvolvimento, contribuindo para a segurança alimentar, o emprego e os resultados das exportações. Nas Filipinas há 2 a 4 milhões de pescadores, os quais contribuem com cerca de 5% do PIB. Nos anos sessenta, tecnologias modernas e políticas a nível nacional levaram ao desenvolvimento duma indústria pesqueira extractiva em grande escala que marginalizou os pescadores tradicionais em pequena escala e arrasou os ecossistemas costeiros abundantes.

A estratégia

Em finais dos anos 80, as universidades e ONGs nas Filipinas provaram que as comunidades pesqueiras locais possuíam os conhecimentos e capacidade para gerirem a pesca costeira. A sua estratégia de intervenção, denominada Gestão de Recursos Costeiros Baseada na Comunidade (GRCBC), incluiu tanto a formação como o trabalho de advocacia para persuadir o governo a delegar às comunidades uma parte dos seus mandatos de gestão. A federação de organizações de GRCBC a nível nacional, a Kilusang Mangingisda, conta agora com 400.000 membros e proporciona um modelo que foi adoptado em outros países da região.

Os resultados

Dentro de dez anos, a federação conseguiu mobilizar muitas comunidades pesqueiras, implementando programas de gestão de recursos e pressionar por dispositivos jurídicos que exigissem a competência autárquica sobre os seus pesqueiros, obrigando a participação das comunidades pesqueiras. Depois dos pescadores recuperaram o controlo dos seus pesqueiros, a produtividade e os rendimentos melhoraram, tendo as práticas melhores de gestão interrompido o declínio dos ecossistemas costeiros. Em seguida, as organizações regionais de GRCBC juntaram-se para fazer lobbies junto da OMC para emendar as regras do comércio internacional, de forma a proteger o poder de recuperação económica do sector. Eles foram apenas parcialmente bem sucedidos, e os meios de vida dos pescadores estão mais uma vez sob a ameaça dos empreendimentos de aquacultura em grande escala

Está a ficar cada vez mais evidente que o desenvolvimento dum base de activos tem que ser feito de forma sustentável. Caso contrário, estamos a minar a saúde dos ecossistemas de que as pessoas pobres dependem directamente para os seus meios de vida. A Oxfam Novib conta com uma experiência considerável no apoio às organizações que trabalham na agro-ecologia, na agricultura orgânica e de insumos reduzidos. Existe evidência bastante de que a agricultura orgânica faz contribuições positivas para a segurança alimentar e de rendimentos, assim como para garantir a protecção dos recursos naturais.¹⁹

Aumento de escala da provisão de serviços financeiros

A Oxfam Novib considera o acesso aos serviços financeiros (p. ex. os serviços de crédito, seguros, poupança e transferência de remessas), sobretudo para aqueles que vivem nas zonas rurais, um meio importante de reforçar os meios de vida, potencializar as pessoas e reduzir a pobreza. Em muitos países em vias de desenvolvimento, a melhoria da disponibilidade dos serviços financeiros implica responder a vários constrangimentos, incluindo os que se seguem:

- constrangimentos em termos de vulnerabilidade, que incluem riscos sistémicos, comerciais e creditícios;
- constrangimentos operacionais, devido a investimentos reduzidos, baixos retornos, níveis baixos de activos e a dispersão geográfica;
- constrangimentos em termos de capacidade, que incluem uma fraca capacidade a nível de infra-estruturas, formação técnica e institucional; e
- constrangimentos políticos e a nível da regulamentação, que incluem a interferência política e social e quadros débeis para a regulamentação.²⁰

Por estas razões, os serviços financeiros nunca podem ser desenvolvidos isoladamente dos mercados, da tecnologia, da informação e das políticas facilitadoras visando a melhoria dos sistemas de produção dos agricultores em pequena escala e dos serviços de desenvolvimento empresarial.

Até aqui, a Oxfam Novib tem vindo a apoiar várias instituições micro-financeiras (IMFs), que incluem ONGs financeiras, instituições financeiras não bancárias e bancos comerciais que oferecem produtos que variam desde empréstimos individuais com base nas garantias secundárias, até ao comércio bancário de aldeia. Ela apoia igualmente instituições baseadas nos seus membros, como é o caso

¹⁹ A Conferência Internacional sobre a Agricultura Orgânica e a Segurança Alimentar (FAO, 2007) concluiu que a agricultura orgânica consegue enfrentar os desafios da mudança climática e da escassez de água, levar a uma produção alimentar mais heterogénea e gerar postos de trabalho. Recomendou que a FAO fomentasse a agricultura orgânica como ferramenta para a realização da segurança alimentar.

²⁰ Nagarajan and Meyer (2005) *Rural Finance*.

das cooperativas de poupança e crédito, das caixas de crédito e poupança e dos grupos de auto-ajuda, assim como sistemas mais informais como por exemplo as associações de poupança e crédito rotativo.

Na base destas experiências, foram elaboradas melhores práticas e as mesmas foram adoptadas pela maior parte das IMFs. Uma vez que são as mulheres que realizam muitas actividades económicas, as micro-finanças oferecem uma oportunidade de fomentar a sua potencialização e relações mais igualitárias de género. Devido ao facto das condições variarem consideravelmente nas zonas rurais, nem todos os modelos são aplicáveis em toda a parte, e nem todos os produtos são úteis para toda a gente. É necessário realizar pesquisas para identificar como é que os serviços financeiros podem ser adaptados aos requisitos locais (veja-se o quadro 6) e para desenvolver produtos inovadores que satisfaçam as necessidades de cada grupo.

**Quadro 6. Tirar maior proveito das remessas de dinheiro:
Costa Rica e Nicarágua**

A situação

Muitos nicaraguenses emigraram para a Costa Rica, no início para fugir à guerra civil, mas mais recentemente por razões económicas. Os 800.000 nicaraguenses que habitam actualmente a Costa Rica, remetem cerca de 100 milhões de USD em cada ano. Estes emigrantes preferem usar canais alternativos (amigos) em vez das instituições oficiais, por várias razões que incluem a sua falta de documentação, uma falta de confiança nos bancos formais, ou porque as suas famílias vivem em zonas onde não existem agências de transferência de fundos.

A estratégia

A Folade, uma agência costariquense, oferece um serviço de “Remessas Directas”, com ligações em rede para 160 organizações de micro-crédito nas zonas rurais de Nicarágua. Estas organizações já oferecem serviços financeiros às famílias dos emigrantes, como é o caso dos empréstimos, contas de poupança ou planos de investimento. A Folade ajuda também os emigrantes na obtenção de documentos legais e está envolvida em campanhas contra a xenofobia. Ela serve igualmente de anfitriã dum programa radiofónico em que os emigrantes oferecem conselhos uns aos outros.

Os resultados

O serviço “Remessas Directas” conta com um grupo crescente de clientes constantes. Se bem que este grupo constitui menos de 1% dos nicaraguenses na Costa Rica, o alcance do trabalho da Folade é mais amplo. Muitas famílias rurais em Nicarágua conseguiram fundar pequenos negócios e aprender como gerir o seu dinheiro. Outras organizações de transferência de fundos copiaram a estratégia de Remessas Directas. A Folade participou em debates acerca da reforma da lei costariquense de imigração, e alerta os jornalistas quando os seus clientes teriam sofrido alguma injustiça, tendo as reportagens destes sido publicadas nos jornais nicaraguenses.

A Oxfam Novib vai trabalhar no sentido de aumentar o alcance das instituições financeiras nas zonas rurais, e de apoiá-las com a oferta duma gama de serviços financeiros, como é o caso do crédito, poupança, seguros e transferência de remessas. Ela apoiará igualmente as organizações a diversos níveis que estejam envolvidas em:

- Estimular os clientes no meio rural, sobretudo as mulheres, a recorrer aos serviços financeiros, e fortalecer a sua capacidade de lidar com as condições variáveis do mercado.

- Melhorar a infra-estrutura financeira, apoiando as IMFs na sua resposta à procura de produtos financeiros a um custo razoável, e no investimento nas organizações como por exemplo as cooperativas de agricultores, que pretendam tornar as suas operações comerciais.
- Capacitar as instituições financeiras para proverem produtos e serviços duma forma eficiente, sustentável e profissional.
- Criar e fomentar um ambiente facilitador, abrangendo sistemas jurídicos e regulamentares e respectivo controlo eficaz, de modo a garantir a qualidade dos serviços e a sustentabilidade do sector.

Redução da vulnerabilidade e do risco

A redução da pobreza, não reduz automaticamente a vulnerabilidade. Já que é impossível eliminar por completo os perigos (quer sejam naturais quer artificiais), é importante entender como é que intervenções de múltiplos níveis, com objectivos diversos, podem trabalhar no sentido de reduzir o risco e contribuir para o desenvolvimento a longo prazo. Alguns exemplos de intervenções simultâneas deste tipo incluem os seguintes:

- redução/mitigação dos perigos (estruturas físicas);
- redução do sofrimento imediato (socorro);
- a criação de condições seguras (estado de preparação/reabilitação/mitigação), como por exemplo pelo melhoramento do estado de preparação (planificação para o imprevisto), pelo reforço dos meios de vida existentes e pelo reforço das estratégias para sair-se bem;
- a redução das “pressões” (mitigação/trabalho pelo desenvolvimento); e
- a abordagem das causas raiz da vulnerabilidade (advocacia).

Relativamente ao HIV/SIDA,²¹ A Oxfam Novib exige que as contrapartes que trabalham em áreas de risco elevado, incorporem políticas sobre o HIV e o SIDA, tanto a nível da sua própria organização (*mainstreaming* interno), como a nível dos programas (*mainstreaming* externo). Até 2010, todos os parceiros da Oxfam Novib em África, e 75% dos mesmos na Ásia, devem contar com uma política sobre o HIV/SIDA a nível do local de trabalho, de forma a reduzir os impactos do HIV/SIDA sobre o pessoal. Em países de prevalência elevada em África e na Ásia, o objectivo da Oxfam Novib é de colocar o HIV/SIDA na corrente principal em todos os cinco objectivos. Em países de prevalência baixa, a ênfase está colocada na inclusão do HIV/SIDA e dos direitos sexuais e reprodutivos, dentro dos programas educacionais. É indispensável potencializar as meninas e mulheres para aumentarem a sua capacidade, tanto de proteger-se como de aguentar com os efeitos da epidemia.

Apoio às estratégias de adaptação para lidar com a mudança climática

Há muito que a Oxfam Novib apoia as organizações que trabalham nos assuntos ambientais, se bem que nos anos noventa, tal apoio diminuiu à medida que novos assuntos vieram à superfície. As avaliações de alguns projectos de gestão da água e dos solos, constataram que as metas não foram atingidas ou os impactos foram de curta duração, principalmente porque as contrapartes não conseguiram fazer ligação do seu trabalho com os debates mais amplos sobre as políticas.

Sobre a mudança climática, a Oxfam Novib trabalhará com a OI na feitura de lobbies por reduções nos gases com efeito de estufa (mitigação), e para que os países ricos financiem medidas de adaptação nos países em vias de desenvolvimento. Ao nível programático, nos países e regiões que são particularmente vulneráveis, o foco

²¹ Para os detalhes sobre o trabalho da Oxfam Novib relativamente ao HIV/SIDA, veja-se *Ser-se bom doador no tempo de SIDA (2006a)*, *Linking AIDS with Poverty, Gender and Sexuality (2001)*, e *Questions and Answers on HIV/AIDS and OI's 5 Strategic Aims (2004)*.

estará na capacitação das comunidades de reagirem a uma gama de eventuais impactos (veja-se o quadro 7). As organizações que tiverem experiência em lidar com cheias e secas, serão encorajadas a partilhar os seus conhecimentos (através da KIC) de estratégias eficazes de adaptação, as quais serão utilizadas para advogar a favor de financiamento.

Quadro 7. Adaptação à mudança climática: a BELA em Bangladesh

A situação

Bangladesh é extremamente vulnerável aos vendavais, ciclones e ondas de maré. Anualmente as chuvas de monção deslocam milhões das suas casas e destroem os seus meios de vida. Tais calamidades são agravadas pela pobreza, densidade populacional elevada e desigualdades estruturais. É de importância vital, que sejam integradas medidas realistas de adaptação numa agenda mais abrangente para a redução da vulnerabilidade do país à mudança climática. Os impactos mais sérios do aquecimento global serão nos recursos hídricos, na agricultura e em outros sectores chave.

A estratégia

A Associação de Advogados de Bangladesh (BELA) está a documentar estratégias para aguentar e as práticas (positivas e negativas) relativamente às calamidades naturais. A BELA estudou vários distritos susceptíveis às cheias ou à seca, para avaliar as mudanças no ciclo hídrico e os seus impactos sobre os meios de vida das pessoas locais. Em seguida, as estratégias foram classificadas conforme o seu carácter inovador, eficácia e resultados. Actualmente a BELA está a compilar directrizes sobre as boas práticas sustentáveis, disseminando as mesmas entre as ONGs no sul da Ásia.

Os resultados

Nas zonas predispostas às cheias, as práticas inovadoras incluem o plantio de plantações de combustível lenhoso, a mudança dos padrões de cultivo e o uso de espécies resistentes às cheias. Foram igualmente identificadas várias más práticas – a elevação dos taludes, a construção de comportas e outras infra-estruturas. Nas zonas propensas à seca, as boas práticas incluem a introdução de variedades de culturas de crescimento rápido, a mudança dos padrões de cultivo, a escavação de canais de irrigação e o plantio de hortas nos quintais. As más práticas incluíram a escavação de tanques que perderiam água e o uso do lençol de água para a irrigação. Um exame das políticas sectoriais sugere que é necessário que sejam abordados todos estes assuntos.

Atacar a insegurança alimentar crónica

Para as pessoas pobres no meio rural, em particular aquelas afectadas pelo HIV/ SIDA e os agregados chefiados por pessoas de sexo feminino, a ameaça da fome ou da desnutrição é muito frequente. Para estas pessoas, as acções têm que estar viradas para garantir o acesso à terra, às finanças e a ecossistemas saudáveis (p. ex. zonas costeiras, terras de pastagem, etc.) e outros activos. Todavia, tais acções abordarão apenas um dos aspectos da segurança alimentar, sendo esse a disponibilidade. Para melhorar a segurança alimentar e nutricional dos homens, mulheres e crianças, têm que ser abordadas também as questões de acesso e de utilização. No seu acesso à alimentação, as mulheres e meninas enfrentam frequentemente muitos obstáculos (financeiros e culturais), todavia, elas são quase sempre responsáveis pela preparação das refeições. Só com a mudança das relações de género é que os homens se envolverão mais na nutrição, e que as mulheres possuirão uma influência por igual nas decisões sobre a alimentação.

A Oxfam Novib apoiará as organizações que abordam todos os três aspectos da segurança alimentar e do género. Igualmente será de esperar que as contrapartes liguem o seu trabalho com as políticas a nível nacional e internacional, uma vez que estas criam frequentemente as condições que afectam a base de activos das pessoas e as tornam vulneráveis à injustiça da fome.²²

4.2 Estratégia nº 2: Encorajar os titulares de deveres a actuarem com responsabilidade

Proteger o direito a um meio sustentável de vida

Esta estratégia inclui um trabalho que visa influenciar os titulares de deveres – os governos, o sector privado e as instituições multilaterais – no sentido deles ajustarem as suas políticas e actividades para que sejam sustentáveis, estando em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos e beneficiando os homens e mulheres que vivem na pobreza. As regras actuais de comércio mundial prejudicam bastante os meios de vida das pessoas, mas mesmo assim, existe muito potencial para que os acordos de comércio internacional beneficiem as pessoas pobres. O sector privado tem uma responsabilidade de dar mais do que lucros aos seus accionistas.

Campanhas por regras mais justas para o comércio

Em conjunto com outras Oxfams, a Oxfam Novib continuará o seu trabalho de feitura de campanhas para obter alternativas aos Acordos de Parceria Económica (APE) que sejam mais vantajosas, ou menos prejudiciais, para os países de África, das ilhas Caraíbas e do Pacífico. Ela procura igualmente garantir maior complementariedade entre os seus investimentos nos programas de desenvolvimento e no trabalho de feitura de campanhas.

Feitura de lobbies por uma melhor regulamentação dos mercados e da agricultura

Uma ampla gama de medidas que visa melhorar a regulamentação dos mercados, podia servir os pequenos agricultores.²³ Demasiadas vezes, os governos encaram os investimentos privados (estrangeiros) na agricultura, e os mercados liberalizados, como sendo a única forma de melhorar o crescimento e os retornos das exportações. Portanto, eles parecem estar a não fazer caso da necessidade de garantir condições seguras de trabalho, de evitar o deslocamento e/ou aquisições de produtores nacionais, ou de promover as tecnologias nacionais que criarão valor acrescentado. Na corrida para atrair os investimentos, os governos oferecem às vezes incentivos generosos – como é o caso de impostos baixos, normas laborais flexíveis, etc. – que frequentemente colocam os pequenos produtores em desvantagem.

A Oxfam Novib é da opinião de que os investimentos privados (estrangeiros) podem desempenhar um papel positivo no desenvolvimento agrícola, mas apenas no caso dos governos tomarem várias outras medidas:

Acabar com os subsídios aos grandes latifundiários: Em muitos países, latifundiários modernizados em grande escala produzem quantidades avultadas para os mercados nacionais ou de exportação, considerando-se a força produtiva da qual o país depende. Embora preconizem mercados “livres”, eles são igualmente os primeiros a apelar pelo apoio governamental quando as culturas falham. Visto que

²² Para mais pormenores, consulte a política da Oxfam Novib sobre a segurança alimentar (2007a).

²³ Banco Mundial (2007) WDR 2008: Agricultura para o Desenvolvimento.

frequentemente estão bem organizados em termos políticos, costumam receber apoio para “salvar a pátria” (a Bancada Ruralista no parlamento do Brasil, por exemplo). Desta forma, ao longo dos anos foram canceladas dívidas somando a bilhões de dólares, ou as mesmas foram renegociadas em condições preferenciais. Estes subsídios ocultos, e o enviesamento em direcção aos grandes farmeiros, só podem ser interrompidos com fortes organizações de pequenos agricultores (veja-se o quadro 8).

**Quadro 8. O alcance da mudança das políticas favorável aos pobres:
a AOPP no Mali**

A situação

No Mali, onde 75% da população vive nas zonas rurais, os agricultores têm enfrentado muitos problemas, que incluem a falta de segurança de posse da terra, a falta de acesso ao crédito e ao financiamento, e a falta de controlo sobre o mercado. Igualmente, não têm nenhum seguro nem segurança social para protegê-los em alturas de crise. Em 1996 foi criada a Associação de Organizações de Agricultores Profissionais (AOPP) para proporcionar um espaço oficial no qual os agricultores pudessem debater a sua situação e proporcionar contribuições para os debates sobre as políticas a nível nacional.

A estratégia

A AOPP organizou uma consulta aos agricultores em todo o país para debater as questões que os afectavam e para redigir uma “circular sem assinatura (memorandum) por parte dos agricultores” que constituiria a base dum novo projecto de lei sobre a agricultura. As mulheres e jovens foram igualmente convidados a participar, de tal modo que a circular representasse todas as pessoas do meio rural. Depois de uma década de trabalho de feitura de lobbies e de advocacia, a AOPP conquistou o apoio do chefe de estado. A AOPP atribui o seu sucesso ao facto de que as consultas foram lideradas por uma organização autónoma, se bem que em cooperação com o Governo e apoiada pelo mesmo.

Os resultados

A circular dos agricultores serviu de base para uma nova lei agrária, aprovada em 2006, que inclui todas as questões levantadas na consultação. A lei contempla a modernização do sector rural, atribuindo um estatuto claro aos agricultores, abordando a equidade entre os géneros e o acesso à terra. Outras disposições abordam o acesso aos recursos naturais, o financiamento rural, o seguro contra as calamidades, a segurança social para os agricultores, e a protecção do mercado interno. A lei proporciona uma base firme na qual a população rural do Mali pode desenvolver os seus meios de vida, se bem que fica por ser feito algum trabalho sobre a sua implementação.

Introduzir políticas de procurement que favoreçam os pequenos produtores:

Muitos governos introduziram programas sociais direccionados, para proporcionar alimentação para os mais vulneráveis. Em tais programas, os pequenos produtores podem ser visados como fornecedores preferidos, dando-lhes mercados garantidos com preços garantidos que possam dar um ímpeto para o melhoramento da organização da produção e a elevação os padrões de qualidade da alimentação. Por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil, e programas de pequenos almoços nas escolas na Bolívia, tiveram muitos efeitos benéficos sobre a nutrição e saúde infantis.

Ajudar os pequenos produtores que desejem ter acesso a novos mercados: É ilusório imaginar que o sector privado sozinho consiga ajudar os agricultores para estes

tirarem proveito das cadeias de valor a nível mundial. Os governos têm igualmente um papel a desempenhar. Os pequenos produtores que estão a entrar em mercados novos ou estabelecidos enfrentam muitos riscos, assim como os que se devem às calamidades naturais. Para ajudá-los a superar obstáculos deste tipo e a tornar-se mais competitivos, é necessário que os governos facultem um ambiente de regulamentação mais favorável, permitindo que o sector privado ofereça seguro ou crediário aos agricultores, e que ajude as famílias dos trabalhadores migratórios no melhor aproveitamento das remessas de dinheiro que recebem, para investirem na agricultura.

Engajamento com o sector privado

A Oxfam Novib engajar-se-á com as empresas privadas que dispuserem do poder e da capacidade de efectuar mudanças na sua cadeia de valor, na base do direito dos pobres a meios sustentáveis de vida. As mudanças previstas incluem maiores esforços no sentido de controlar os danos causados pelas actividades comerciais em expansão (p. ex. para evitar a confiscação de terras, promover uma gestão ambiental sustentável, etc.), assim como para garantir a inclusão dos pequenos agricultores na cadeia de valor e respeitar os seus direitos laborais.

Esta actividade implicará o seguinte:

- influenciar as políticas e práticas das empresas privadas;
- influenciar os governos dos países industrializados no sentido de reconhecerem os impactos negativos das sociedades multi-nacionais por todo o mundo, e introduzir políticas e iniciativas para responsabilizá-las pelas suas acções; e
- fomentar o desenvolvimento de normas e regulamentos que diminuirão os impactos sociais e ambientais das actividades empresariais e as oportunidades de abuso. Estes podem ser regulamentos a nível multilateral ou nacional, assim como códigos de conduta que não minem os regulamentos formais e que promovam a ideia de que “boas empresas apoiam bons regulamentos” (veja-se o quadro 9).

Quadro 9. Responsabilidade social empresarial

Antecedentes

Sob pressão para reduzir as emissões de carbono e a dependência de combustíveis fósseis, os estados membros da UE comprometeram-se a aumentar para 5,75% a parte dos bio-combustíveis para o transporte até 2010 e para 10% até 2020. Muitas empresas estão a investir na biomassa, tencionando importar dos países tropicais a soja, óleo de palmeira, milho e cana-de-açúcar. Os analistas observaram que o cumprimento das metas da UE exigiria grandes extensões de terra, assim ameaçando a produção alimentar local e acelerando a desarborização. Em 2005 a Oxfam Novib participou na Comissão Cramer, um grupo holandês de intervenientes múltiplos, para a elaboração de critérios para a avaliação da sustentabilidade da produção e processamento da biomassa para a energia, combustíveis e processos químicos.*

A estratégia

A Comissão Cramer incluiu todos os intervenientes na cadeia de produção dos biocombustíveis – os produtores, investidores, comerciantes de combustíveis e fornecedores de energia – bem como uma ONG ambiental e a Oxfam Novib, garantindo desta maneira a contribuição da sociedade civil. A Comissão concordou que a evitação da concorrência com os abastecimentos de alimentos deve constituir um dos seus seis critérios para a avaliação da sustentabilidade da produção de biomassa. Normas semelhantes estão actualmente em elaboração em vários países, sendo factores importantes na elaboração duma política sobre a biomassa por parte da UE.

Os resultados

Os critérios da Comissão Cramer contêm vários avanços dramáticos, em particular o reconhecimento da concorrência entre a biomassa e as culturas para alimentação. Estão a ser montados vários projectos experimentais para monitorar os critérios, tendo muitas empresas tornado o seu compromisso para com os critérios, uma grande parte das suas apresentações sobre a CSR [Responsabilidade Social Empresarial]. Os políticos estão igualmente a questionar a viabilidade do cumprimento da meta de 10% de bio-combustíveis até 2020, na ausência deste tipo de critérios rigorosos. Já nenhum investidor pode deixar de levar em consideração as implicações sociais e ambientais da produção de biomassa em grande escala.

* Comissão Cramer (2006) *Criteria for Sustainable Biomass Production*.

Prevenção da mudança climática

A Oxfam trabalhará com os seus aliados no sentido de contribuir para garantir um desfecho adequado e equitativo das negociações a nível da ONU sobre um acordo pós-Kioto para reduzir as emissões dos gases de estufa. Este trabalho exigirá que as Oxfams se envolvam com uma gama de processos e foros a nível internacional, como é o caso do G8. Uma prioridade afim, será de dar seguimento ao trabalho sobre as políticas, de feitura de lobbies e com os meios de comunicação, sobre um mecanismo justo de financiamento para apoiar as estratégias de adaptação dos países em vias de desenvolvimento. Isto terá fortes ligações com o trabalho de feitura de lobbies das Oxfams sobre a redução do risco das calamidades, ao abrigo do Objectivo nº 3 – o direito à vida e à segurança.

Protecção dos direitos laborais

Os salários e condições de emprego condignos contribuirão para meios de vida rurais sustentáveis. A maior parte do trabalho da Oxfam Novib sobre os direitos laborais será realizada no contexto da OI, com um foco nos trabalhadores agrícolas (veja-se o quadro 10) e no comércio. Dentro do trabalho sobre o comércio, a Oxfam focará assuntos laborais dentro dos acordos comerciais regionais (RTAs), para garantir que estes apoiem os objectivos de desenvolvimento. A Oxfam apoiará igualmente as campanhas a nível nacional para monitorar os RTAs. O trabalho de advocacia a nível mundial focará a Mesa Redonda sobre o Óleo de Palmeira Sustentável (RSPO) e iniciativas laborais que visam as cadeias de abastecimento do ramo de vestuário a nível mundial. Este último envolverá a potencialização dos trabalhadores de vestuário de sexo feminino e a garantia de que gozem de condições condignas de emprego e de direitos sindicais.

Quadro 10. O sector privado e os direitos laborais: As mulheres nas farmas na África do Sul e a Anamuri/Cedem no Chile

A situação

Os trabalhadores de sexo feminino constituem o elo mais fraco e mais vulnerável das cadeias de produção de frutas e de vinho. Há muito que a Oxfam Novib apoia o projecto Mulheres nas Farmas na África do Sul e a Anamuri/Cedem, uma ONG chilena, para lutar pelos direitos dos trabalhadores agrícolas de sexo feminino. No decorrer deste trabalho, tornou-se claro que, se bem que a acção a nível local é imprescindível, as condições nas plantações estão ligadas em grande medida às práticas de compra dos compradores a nível internacional: os supermercados e comerciantes.

A estratégia

Como parte da campanha intitulada “Fazer Negócio com os nossos Direitos”,* a OI realizou um estudo para mapear as situações no Chile e na África do Sul, tendo utilizado as constatações em conversações com a Tesco, uma cadeia de supermercados no Reino Unido. Em seguida a OI auxiliou trabalhadores sul-africanos para assistirem a duas assembleias gerais de accionistas da Tesco, e as organizações chilena e sul-africana para a troca de experiências. Nos Países Baixos, na sequência da análise por mapeamento da ramificação holandesa da cadeia de valor do vinho, a OI aproximou-se dos maiores retalhistas para discutir os resultados.

Os resultados

A Tesco aceitou contratar a Associação de Comércio Ético da Indústria Vinícola (WIETA), uma organização de auditoria social, para avaliar todos os seus fornecedores na África do Sul. A empresa Baarsma, o maior importador holandês de vinhos sul-africanos, aceitou igualmente comprar unicamente das farmas auditadas pela WIETA. Depois, a Baarsma e a Oxfam Novib editaram um livro que descreve a situação dos trabalhadores agrícolas no ramo do vinho na África do Sul e no Chile,** que visava os consumidores holandeses. A Baarsma usou igualmente da sua influência para colocar a responsabilidade social na agenda do negócio do vinho no Chile, dando como resultado uma mesa redonda sobre a produção vinícola responsável, a qual chamou uma atenção significativa por parte dos meios de comunicação. À medida que vem crescendo a consciência internacional destas questões, os trabalhadores agrícolas dispõem agora de maior poder de negociação, tanto no Chile como na África do Sul, o que resultou em melhor remuneração e comodidades.

* Oxfam International (2004) *Trading Away Our Rights*.

** Bosker (2006) *De nieuwe wijnmakers*.

4.3 Estratégia nº 3: Criação de Oportunidades

Realizar o direito a um meio sustentável de vida

Esta estratégia envolve um trabalho que visa obter condições que contribuirão para oportunidades de mercado para os pobres, a promoção da sua participação na tomada de decisões, e a garantia de que as arenas internacionais possam tornar-se favoráveis aos pobres (p. ex. através da campanha para Tornar o Comércio Justo). O trabalho da Oxfam Novib focará a mudança das regras do jogo (do mercado), de modo que os pobres sejam reconhecidos, e a criação das condições para um crescimento favorável aos pobres. No seu trabalho de feitura de campanhas, a Oxfam Novib acentuará a necessidade das pessoas pobres estarem abrangidas nas cadeias de comercialização e delas serem protegidas contra a concorrência pelas importações. Ela recomendará igualmente ao sector privado que procure de propósito fornecedores de pequena dimensão, e que estabeleça critérios e sistemas de governação que facilitem que estes se tornem competitivos. Em outras palavras, o foco estará na criação de oportunidades para aqueles agricultores que tenham os activos certos para tirar proveito do comércio.

Servir de intermediário e apoiar iniciativas inovadoras junto do sector privado

Nos últimos anos a Oxfam Novib, juntamente com outras Oxfams e contrapartes, reuniu vários intervenientes para discutir formas de criar uma mudança positiva. Um dos exemplos disto, é a campanha e engajamento da Oxfam com a Starbucks, e o seu apoio para que a Etiópia obtenha o controlo sobre as suas marcas de café. A Etiópia já pode tirar proveito dos direitos de propriedade intelectual que no início a Starbucks não queria reconhecer. A Starbucks sai a ganhar, porque consegue exportar café de alta qualidade, e a Etiópia ganha dos lucros que recebe da marca registada.

Nos próximos anos a Oxfam Novib vai servir de intermediário e vai apoiar iniciativas tais como as que se seguem:

- melhoramento das condições sociais e ambientais em várias cadeias de mercadorias, através de iniciativas de intervenientes múltiplos tais como a Mesa Redonda sobre o Óleo de Palmeira Sustentável, o Conselho de Maneio Florestal Sustentável (*Forest Stewardship Council*), os 4Cs (Código Comum para a Comunidade Cafeeira), a Iniciativa por um Algodão Melhor, a Iniciativa de Comércio Ético (ICE), o Laboratório de Alimentos Sustentáveis e o UTZ Certified (um programa mundial de certificação para a produção e compra responsáveis do café);
- o estabelecimento de normas e procedimentos para boas práticas agrícolas (GAP) através da GlobalGAP (antigamente EurepGAP), uma entidade voluntária do sector privado que estabelece normas para a certificação dos produtos agrícolas a nível mundial. A Oxfam Novib fará lobbies para a inclusão dum “capítulo social” nas normas da GlobalGAP (veja-se o Quadro 11); e
- a promoção das melhores práticas em áreas tais como o comércio justo.

Quadro 11. Certificação e comércio favorável aos pobres: a GlobalGAP**A situação**

O comércio internacional em alimentos está a intensificar-se, mas enquanto que as exportações agrícolas dos países em vias de desenvolvimento estão a aumentar, as cadeias de abastecimento alimentar estão a ser apertadas por uns poucos intervenientes preeminentes a nível mundial. Em alguns países, a expansão dos sectores de exportação (p. ex. a aquacultura de camarão) produziu impactos sociais e ambientais negativos sobre os pobres no meio rural, enquanto que em outros (p. ex. café) os preços pagos aos pequenos produtores continuam baixos.

A estratégia

A Oxfam Novib está envolvida em conversações com o sector privado sobre mecanismos voluntários auto-reguladores, como é o caso dos esquemas de certificação. Pretende-se com a certificação, garantir a qualidade e segurança dos alimentos para os consumidores, mas a mesma podia igualmente ser utilizada para salvaguardar preços justos no portão da quinta, salários justos para os trabalhadores agrícolas e uma compensação justa pelos impactos ambientais e sociais negativos. Nestas conversações a Oxfam Novib advoga pela inclusão nos acordos internacionais, de critérios laborais, sociais e ambientais. Portanto, a certificação não é vista como um fim em si, mas antes como um trampolim para uma regulamentação pública mais adequada das cadeias de abastecimento alimentar a nível internacional.

Os resultados

A Oxfam Novib é membro do Conselho da Mesa Redonda sobre o Óleo de Palmeira Sustentável, uma iniciativa de intervenientes múltiplos que representa 75% da produção a nível mundial. No café a Oxfam Novib é um defensor influente do comércio justo e de outras iniciativas que cobrem 70% do comércio do café. Juntamente com a GlobalGAP, um sistema de certificação baseado a nível retalhista que cobre actualmente 35% de todos os produtos alimentares comercializados, a Oxfam Novib pressionou com sucesso pela inclusão no protocolo para a aquacultura de camarão de critérios sociais e ambientais.

Os dilemas

Continua uma pergunta aberta se estas iniciativas vão beneficiar os pobres no meio rural, uma vez que elas podem eventualmente tornar mais difícil que os pequenos agricultores obtenham acesso aos mercados. Mas os esquemas de certificação melhoraram, directa ou indirectamente, muitos aspectos negativos da produção e comércio alimentares a nível internacional. A indústria do óleo de palmeira, por exemplo, comprometeu-se a levar ao mercado em 2007 o primeiro “óleo de palmeira sustentável”. Cerca de 2% do café já está certificado, estando alguns cultivadores a receber preços mais justos. O diálogo sobre a aquacultura de camarão, para a qual os critérios ainda não foram decididos, levou muitas criações e processadores a melhorarem as suas operações. Os retalhistas do norte já colocam perguntas que não colocavam antes, e pressionam por melhores salários, contratos mais justos e a restauração dos meios ambientes degradados. Para todas as três mercadorias, as entidades de certificação e as ONGs estão actualmente a trabalhar no sentido de disponibilizar a certificação aos produtores em pequena escala.

Com efeito, a promoção duma certificação de sistemas de qualidade constitui uma obra inacabada com um potencial significativo, se bem que permanecem certos nós de estrangulamento. A Oxfam Novib, através da sua co-gestão do Fundo de Biodiversidade, vai investir em sistemas de controlo de qualidade para garantir que se tornem mais favoráveis aos pobres e mais sustentáveis.

A Oxfam Novib, em aliança com outras Oxfams e com as suas contrapartes, trabalhará com o sector das grandes empresas para responder à mudança climática. A partir duma perspectiva de pobreza, as mudanças no comportamento que de facto importam, são de que as empresas:

- actuem com rapidez rumo à mitigação da mudança climática;
- apoiem, em vez de obstruírem, as políticas ambiciosas necessárias para reduzir as emissões de carbono, promovam os investimentos em tecnologias de carbono reduzido e apoiem a adaptação;
- desenvolvam produtos, serviços e processos de carbono reduzido que sejam comportáveis, acessíveis e úteis para as pessoas que vivem na pobreza; e
- apoiem os esforços de adaptação pela garantia de que as suas operações, produtos e serviços melhorem a capacidade das pessoas de se adaptarem (p. ex. tecnologias apropriadas).

Estas acções focarão as empresas com sede nos países ricos, que são os maiores poluidores e podiam proporcionar o financiamento e tecnologia, bem como as empresas do sul, em particular aquelas nas economias de recente industrialização.

Melhoramento da posição dos pequenos agricultores nas cadeias de abastecimento

Os agricultores que dispõem dos activos certos podem tirar proveito das oportunidades proporcionadas pela crescente globalização, integração do mercado e poder dos supermercados. Eles conseguem ter acesso aos mercados através do melhoramento da sua posição nas cadeias de abastecimento a nível local, regional e internacional (veja-se o quadro 12). Dentro destas cadeias, os pequenos agricultores podem visar a integração horizontal (o aumento da sua influência sobre as decisões tomadas dentro da cadeia) ou a integração vertical (o aumento da gama de actividades dentro de cada cadeia, com a criação de valor acrescentado pela entrada no acondicionamento, processamento, transporte, etc.).

O uso duma abordagem de cadeia de abastecimento para melhorar o acesso ao mercado, exige que os agricultores tenham algum nível mínimo de acesso aos activos e serviços. Em primeiro lugar, de forma a conseguir as economias de escala e dividir os custos, é necessário que os agricultores estejam organizados. Portanto, a Oxfam Novib apoiará as ONGs que dêem destaque à capacitação das organizações de produtores, das associações de agricultores e das cooperativas. Em segundo lugar, os agricultores carecem de melhores habilidades empresariais para permitir que identifiquem as oportunidades de mercado, façam ligações com outros intervenientes dentro da cadeia, e giram a qualidade do produto, a rastreabilidade, etc. Portanto a Oxfam Novib apoiará as contrapartes que ofereçam serviços empresariais especializados. Em terceiro lugar, é imprescindível a disponibilidade de capital (de arranque). Para além destes requisitos, os governos são responsáveis pela criação dum ambiente no qual os agricultores consigam tirar proveito do acesso ao mercado. Isto inclui a provisão de infra-estruturas básicas de transportes e comunicações, e o estabelecimento de leis nacionais que garantam direitos à terra aos agricultores, legalizem as cooperativas, etc.

Quadro 12. Uso duma abordagem de cadeia de produtos: a IKURU em Moçambique

A situação

A Província de Nampula é uma zona fértil de Moçambique na qual os agricultores cultivam o milho, castanha de caju, amendoim, feijão, soja e culturas mais tradicionais, mas com um acesso limitado aos mercados. O país ainda está a recuperar-se da guerra civil que destruiu boa parte da infra-estrutura e fez parar o desenvolvimento económico. Até recentemente, poucos agricultores estavam organizados e dispunham de poucas habilidades empresariais, percebendo as cooperativas como sendo vagarosas e ineficazes. Portanto, eles dependiam dos comerciantes locais que determinavam os preços dos seus produtos.

A estratégia

Em 1995 a CLUSA, uma ONG americana, começou a organizar os agricultores em organizações de produtores, a cooperarem em chamados foros, com o fim de melhorar a motivação, fornecer uma formação empresarial e organizar o comércio colectivo. Em 2003 a IKURU foi fundada como uma empresa mercantil propriedade dos agricultores, financiada através de cotas emitidas à Oxfam Novib (45%), à GAPI, uma ONG local (45%) e aos foros (10%). Desde então, mais foros aderiram e tornaram-se accionistas da sociedade. A IKURU proporciona a comercialização estratégica dos produtos, localizando alguns compradores nacionais e internacionais e, em 2005, recebendo a certificação em Comércio Justo para a sua castanha de caju, amendoim e gergelim, através da empresa britânica Twin Trading Ltd. A IKURU proporciona igualmente transporte, instalações de armazenamento e de processamento primário. A empresa está já a tirar lucro e alargou os seus serviços para incluir a provisão de sementes e de fertilizantes.

Os resultados

Em 2006, a IKURU estava a servir 10.527 agricultores em 283 associações em 21 foros. Com maior eficiência e valor acrescentado, as vendas aumentaram, tal como aconteceu com os rendimentos dos agricultores. Mais importante se calhar é que os agricultores dispõem agora do acesso à informação sobre o mercado e ao capital, e têm mais influência dentro da cadeia de produção. Eles controlam a sua própria empresa mercantil, já não sendo mais dependentes dos comerciantes privados.

Nos próximos anos a Oxfam Novib prestará uma atenção especial ao seguinte:

- o melhoramento do capital humano, em particular a nível do domínio básico das finanças, habilidades empresariais, conhecimentos dos métodos de produção e capacidade organizacional;
- o melhoramento da disponibilidade dos serviços financeiros aos pequenos agricultores, para permitir que aumentem a sua capacidade de comercializar; e
- a advocacia por políticas a nível nacional e internacional que priorizem a agricultura de pequenos proprietários.

5. Implementação: dos conceitos às acções

Na sua qualidade de doador estratégico, fazedor de campanhas e organização humanitária, a Oxfam Novib procura aumentar a capacidade das pessoas de melhorarem os seus meios de vida, reduzir as probabilidades de que decaiam de meios sustentáveis de subsistência para a vulnerabilidade, e de aumentar a capacidade dos homens e mulheres de se afastarem da vulnerabilidade rumo a meios de vida mais sustentáveis.

Em termos práticos, a Oxfam Novib continuará a apoiar as organizações, através de:

- *Acção directa para reduzir a pobreza:* actividades projectadas para melhorar os rendimentos e a segurança alimentar, tais como o melhoramento da produtividade agrícola, acesso aos mercados e ao crédito e o maneio dos recursos naturais.
- *Advocacia:* actividades que focalizam a mudança das políticas e práticas que melhorarão o contexto para a agricultura e os meios rurais de vida, como por exemplo pela garantia de direitos seguros à terra, direitos seguros de pastagem, etc.
- *Desenvolvimento da sociedade civil:* actividades que visam desenvolver as capacidades das organizações da sociedade civil (ONGs, OBCs, associações de produtores, etc.); forjar alianças entre intervenientes da sociedade civil; e reforçar a sua capacidade de advocacia.

O trabalho da Oxfam Novib sobre os meios sustentáveis de vida fará igualmente ligação com os objectivos de mudança da OI que têm a ver com:

- *Justiça Económica (JE):* O objectivo central é de meios de vida rurais sustentáveis, com os objectivos de reduzir a pobreza rural e a vulnerabilidade. Este trabalho contará com três temas de campanha – agricultura, mudança climática e comércio – que são compatíveis com as áreas prioritárias aqui identificadas. As prioridades sob a JE, serão de ter um foco mundial e regional, assim como de perspectivar a mudança a nível nacional. Foram seleccionados dez países para o desenvolvimento de campanhas nacionais.
- *Direitos em Crise (DeC):* A Oxfam visa reduzir a vulnerabilidade das comunidades às calamidades, pela integração das estratégias de redução do risco no seu trabalho de desenvolvimento a longo prazo. O objectivo será de responder às causas subjacentes da vulnerabilidade, logo desde o início duma resposta de emergência, influenciando dessa maneira no desenho dos programas de reabilitação e desenvolvimento.

A implementação desta política envolverá os passos seguintes:

1. *Reforço da capacidade do pessoal, através da formação:* O presente documento apresenta novos conceitos que será necessário que o pessoal compreenda de forma a avaliar as novas propostas e a envolver-se em conversações com as contrapartes. Objectivo nº 1 de P&D: O pessoal deve organizar sessões para os conhecimentos e outros encontros afins para familiarizar-se com os conceitos fundamentais apresentados neste documento.

2. *A integração destes conceitos e estratégias nos planos de gestão programática estratégica (SPMs):* É importante que os conceitos apresentados neste documento constituam a base para avaliar, actualizar e revisar os SPMs.
3. *Alcançar a coerência a nível de políticas:* Dois projectos estão concebidos para ajudar no melhoramento das análises de género e das relações de poder. É necessário que o seu desenvolvimento e constatações estejam em alinhamento com o presente documento para debate. O primeiro projecto trata-se duma Trajectória de Mainstreaming do Género para as contrapartes de meios sustentáveis de vida, de 2008 a 2010. O raciocínio para este projecto, é que a Oxfam Novib tornou obrigatório que até 2010, 70% dos beneficiários dos programas e projectos têm que ser mulheres. Atingir esta meta será difícil para muitas organizações. Daí que aquelas contrapartes que estiverem dispostas a participar nesta trajectória, implementarão análises organizacionais e de programas/projectos, de forma a medirem a sua sensibilidade para com questões de género. Além disso, serão formulados e implementados planos de acção para melhorar os elementos de igualdade entre os géneros dentro dessas organizações, bem como nos seus programas/projectos. Desta maneira, as organizações aprenderão como implementar uma análise em termos de género, sendo incentivadas a relacionarem-se mais com as organizações e grupos femininos.

Nos próximos anos a Q&C e a P&D trabalharão num segundo projecto sobre a análise do poder. Visto que tanto o poder como o género foram identificados como sendo importantes nas análises dos meios de vida, é imprescindível garantir a colaboração e partilha de informação entre os líderes pertinentes de projectos e a P&D (especialista em meios de vida). As constatações e recomendações chave destes projectos devem ser utilizadas para revisar o presente documento sobre as políticas.

4. *O lançamento de projectos piloto para estimular a aprendizagem acerca da vulnerabilidade, a redução dos riscos e o trabalho sobre o Objectivo nº 1:* Será necessário realizar estudos de casos, dos esforços no sentido de reduzir o risco e fortalecer a capacidade de resistência para enfrentar com êxito uma ampla gama de *stresses* externos (p. ex. mudança climática, conflito), de modo a identificar lições que possam ser aproveitadas para revisar o presente documento sobre as políticas. A atenção dada à mudança climática oferece novas oportunidades para ligar o trabalho sobre Objectivo nº 1 e o sobre o Objectivo nº 3. Será necessário um apoio a actividades específicas de partilha de conhecimentos e de aprendizagem, para documentar as mudanças a nível dos meios de vida ocasionadas pela variabilidade crescente do clima. Será necessário que colaborem o pessoal de P&D, a equipa humanitária da Oxfam Novib e alguns escritórios departamentais. Será necessário que estas experiências sejam documentadas e divulgadas através da KIC, aproveitadas para campanhas de advocacia a nível mundial, de forma a aumentar o financiamento para a adaptação.
5. *Colocação da inovação na corrente principal:* No seu plano empresarial, a Oxfam Novib identificou as redes familiares e as remessas de dinheiro como inovações para o seu trabalho sobre o Objectivo nº 1. Em termos gerais, o projecto de inovações da Oxfam Novib procura promover novas ideias e abordagens que terão um impacto positivo sobre a pobreza. Entre 2008 e 2010, serão realizados vários projectos e estudos das remessas de dinheiro, dos micro-seguros e das estratégias não agrícolas no meio rural. Uma vez que tais projectos serão

realizados juntamente com o departamento de projectos, o sucesso deste tema vai depender da boa colaboração interna e da disponibilidade de meios financeiros. Será necessário que as lições que resultarem destes projectos, sejam captadas e utilizadas para reforçar o trabalho sobre o Objectivo nº 1. Será necessário que as inovações mais bem sucedidas sejam promovidas para efeitos de aumento de escala. Por último, na base destes projectos, a Oxfam Novib estará em condições de identificar e desenvolver áreas estratégicas chave nas quais focalizar a sua perícia.

6. *Novo foco para as micro-finanças:* A Oxfam Novib está a caminho do reposicionamento do seu papel nas micro-finanças, a começar pela terceirização da gestão financeira (da carteira) para um terceiro (a *Triple Jump*). Isto vai permitir que a Oxfam Novib dê destaque à dimensão de impacto social das micro-finanças, apoiando as IMFs que atinjam zonas geográficas ou grupos-alvo que não estejam actualmente a ser atendidos e elaborando novos produtos e serviços como por exemplo de poupança, micro-seguros e remessas de dinheiro. O objectivo global é de reforçar as estratégias de meios de vida das famílias rurais, sobretudo relativamente às outras questões examinadas neste documento. Estas incluem a garantia do acesso aos recursos naturais, a redução da vulnerabilidade e do risco, a adaptação à degradação ambiental e à mudança climática, e o melhoramento da segurança alimentar. Dentro do quadro do plano empresarial corrente, a estratégia para as micro-finanças será revista de modo a garantir que reflecta este novo foco.
7. *Desenvolvimento de ferramentas de avaliação (monitoria e avaliação):* Conforme referido acima, as avaliações do trabalho da Oxfam Novib no Objectivo nº 1, indicaram a necessidade de melhorar os sistemas de monitoria/avaliação e de aprendizagem. Com efeito, estas ferramentas são necessárias para garantir que estejamos no bom caminho para realizar o objectivo de meios sustentáveis de vida. Um novo projecto, de Desenvolvimento de Indicadores Chave por Programa, será lançado em 2008 para elaborar um conjunto limitado de indicadores chave que as contrapartes possam usar para medir as mudanças nas vidas das pessoas para as quais o seu trabalho contribui, nos sectores abrangidos pelos cinco programas (incluindo o Objectivo nº 1). O projecto envolverá igualmente o melhoramento dos indicadores das mudanças nas vidas das pessoas que são empregues actualmente no protocolo de monitoria (monitoria feita à medida, introduzida no período do plano empresarial corrente) e a resolução do problema da agregação na prestação de contas sobre os resultados a nível programático. Até ao fim do projecto, para cada área temática seleccionada, as contrapartes terão definido e testado um conjunto limitado de perguntas e indicadores chave, a nível das mudanças nas vidas das pessoas.
8. *Incentivar as contrapartes a partilharem e aprenderem umas das outras:* Em 2005 a Oxfam Novib lançou o projecto de Infra-estrutura de Conhecimentos para e entre Contrapartes (KIC), tendo o objectivo global de melhorar o nosso desempenho (qualidade, eficácia e eficiência) e o das contrapartes da Oxfam, através da facilitação da partilha de conhecimentos. As contrapartes estão a documentar “práticas positivas, negativas e novas”, tendo sido dado um financiamento inicial de tamanho reduzido para apoiar as iniciativas de aprendizagem. Nos próximos anos a KIC estará em condições de proporcionar e facilitar o acesso às informações acerca das contrapartes e das suas práticas; de financiar projectos de aprendizagem colaborativa geridos por contrapartes da OI; e de proporcionar informações acerca destas contrapartes e de outras fontes de conhecimentos.

A KIC é uma ferramenta que vai permitir que as organizações contrapartes e a Oxfam Novib avaliem a validade das suas estratégias e disponibilizem os resultados para um público mais abrangente. Mais uma vez, isto deverá responder à preocupação levantada nas avaliações, de que é necessário que a Oxfam Novib fomente a aprendizagem e inovação mais sistemáticas e comunique os resultados do seu trabalho com maior eficácia. As contrapartes devem ser encorajadas a fazer uso do Portal da KIC para manter-se informadas dos novos acontecimentos e para ligar-se a outras organizações que trabalhem sobre temas semelhantes. As práticas documentadas no portal da KIC devem ser revistas e analisadas anualmente, e utilizadas para rever esta política, assim como para identificar questões que possam vir a afectar a realização dos resultados.



6. Glossário

Bio-combustíveis: Os bio-combustíveis (ou combustíveis agrícolas) provêm da biomassa (matéria orgânica de base vegetal) que pode ser queimada para libertar energia. Contudo, a maior parte precisa de ser transformada em combustíveis líquidos, os mais importantes sendo o bio-etanol e o bio-diesel.

Cadeia de abastecimento: O processo de transformação dum determinado produto, a partir de insumos brutos, passando pela produção primária, processamento e comercialização, até ao consumidor final (Porter, 1990). Uma cadeia de abastecimento envolve três dimensões chave: (a) sistemas organizacionais para a coordenação entre os intervenientes; (b) sistemas de conhecimento para combinar as informações, habilidades e tecnologias; e (c) mecanismos económicos para a selecção dos produtos e da tecnologia e para proporcionar acesso ao mercado.

Cadeia de valor: A sequência de actividades empresariais que, a partir da perspectiva do utilizador final, acrescenta valor aos produtos ou serviços produzidos.

Capacidade de resistência (Resilience): A capacidade dum sistema, comunidade ou sociedade que esteja exposta potencialmente a perigos, de adaptar-se pela resistência ou mudança, de forma a atingir e manter um nível aceitável de funcionamento e de estrutura. A capacidade de resistência determina-se pelo ponto até o qual o sistema social é capaz de organizar-se para aumentar a sua capacidade de aprendizagem a partir dos desastres no passado, tanto para melhorar a protecção no futuro, como para melhorar as medidas de redução do risco.

Capacidade de sair-se com êxito: Os meios pelos quais as pessoas ou organizações fazem uso dos recursos e capacidades disponíveis para fazer face às consequências adversas que podiam levar a um desastre. Em termos gerais, isto envolve a gestão de recursos, tanto em tempos normais como durante as crises ou condições adversas. O reforço das capacidades de sair-se bem, desenvolve normalmente a capacidade de resistência aos efeitos dos perigos naturais e induzidos pelos seres humanos.

Desastre: Uma perturbação séria do funcionamento dum determinada comunidade ou sociedade, que provoca prejuízos difundidos a nível humano, material, económico ou ambiental, os quais ultrapassem a capacidade da comunidade afectada ou da sociedade de sair-se bem com uso dos seus próprios meios. Um desastre é uma função do processo de risco. Ele resulta da combinação de perigos, condições de vulnerabilidade e capacidade ou medidas insuficientes para reduzir as consequências potencialmente negativas do risco.

Género: Refere-se às identidades, papéis e expectativas, socialmente construídos, associados às pessoas de sexo masculino e de sexo feminino.

Meios sustentáveis de vida: A definição geralmente aceite é como se segue: “Um meio de vida é sustentável quando consegue aguentar com e recuperar-se das pressões e choques e manter ou realçar as suas capacidades e recursos, tanto neste momento como no futuro, sem minar a base natural de recursos” (Carney et al., 1999, página 8).

Risco: A probabilidade de consequências prejudiciais, ou de prejuízos previstos (óbitos, lesões, bens, meios de vida, actividade económica perturbados ou meio ambiente danificado) que resultam de interacções entre os perigos naturais ou induzidos pelos seres humanos, e as condições de vulnerabilidade. Em termos convencionais, a equação empregue para exprimir isto é, $\text{risco} = \text{perigo} \times \text{vulnerabilidade}$. Algumas disciplinas incluem igualmente o conceito de exposição, para fazer referência especificamente aos aspectos físicos da vulnerabilidade. Para além de exprimir uma possibilidade de prejuízo físico, é crítico reconhecer que os riscos são inerentes, podem ser criados ou existem dentro dos sistemas sociais. É importante levar em consideração os contextos sociais nos quais ocorrem os riscos, e que por conseguinte as pessoas não partilham necessariamente as mesmas percepções do risco ou das suas causas subjacentes.

Vulnerabilidade: As condições determinadas por factores ou processos físicos, sociais, económicos e ambientais, que aumentem a susceptibilidade duma determinada comunidade ao impacto dos perigos.

7. Bibliografia

- Araya, H. and S. Edwards (2006) *The Tigray Experience: A Success Story in Sustainable Agriculture*. Third World Network, Penang, Malásia.
- Barrett, C.B., M. Besfuneh, D.C. Clay and T. Reardon (2000) Heterogeneous constraints, incentives and income diversification strategies in rural Africa. *Quarterly Journal of International Agriculture*, 44(1): 37-60.
- Bosker, F. (2006) *De nieuwe wijnmakers, speurtocht naar eerlijke wijnen uit nieuwe wereldlanden*, Fontaine. www.maketrade.com/en/assets/english/taor.pdf
- Carney, D., M. Drinkwater, T. Rusinow, K. Neejes, S. Wanmali and N. Singh (1999) *Livelihoods Approaches Compared*. Departamento para o Desenvolvimento internacional, Reino Unido. www.livelihoods.org/info/docs/lacv3.pdf
- Castro, J. and M. Amador (2006) *Greenhouse Gas Emission and Organic Agriculture*. Cedeco, San José, Costa Rica.
- Comissão Cramer (2006) *Criteria for Sustainable Biomass Production*. Relatório final do grupo do projecto sobre 'Produção sustentável de biomassa'. www.senternovem.nl/mmfiles/412293MEZ%20biomassa%20EN_tcm24-198026.pdf
- DFID (1999) *Sustainable Livelihoods Guidance Sheets*. www.livelihoods.org/info/info_guidancesheets.html
- DFID (2006) *Reducing the Risk of Disasters: Helping to Achieve Sustainable Poverty Reduction in a Vulnerable World*. Documento de políticas, Departamento para o Desenvolvimento internacional, Reino Unido.
- ETC (2005) *Global Seed Industry Concentration 2005*, ETC Communiqué 90. www.etcgroup.org/en/materials/publications.html?pub_id=48
- FAO (1996) *Sowing the Seeds of Knowledge*, Food for All: Cimeira Mundial da Alimentação, Roma, FAO. www.fao.org/DOCREP/x0262e/x0262e24.htm
- FAO (2007) *International Conference on Organic Agriculture and Food Security*, Roma, 3 a 5 de Maio de 2007. www.fao.org/organicag/ofs/index_en.htm
- Hazell, P. (2004) *Last Chance for the Small Farm*, IFPRI Forum.
- Khan, Z.R., J.A. Pickett, J. van der Berg and C.M. Woodcock (2000) Exploiting chemical ecology and species diversity: Stem borer and Striga control for maize in Africa. *Pest Management Science*, 56(1): 1-6.
- IFAD (2001) *Rural Poverty Report 2001: The Challenge of Ending Rural Poverty*. New York: Oxford University Press/Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola.
- IFAD (2003) *The Adoption of Organic Agriculture among Small Farmers in Latin America and the Caribbean: Thematic Evaluation*. Relatório n.º 1337. Gabinete de Avaliação, IFAD.
- IWMI (2007) *Water for Food, Water for Life: A Comprehensive Assessment of Water Management in Agriculture* – Resumo para decisores. International Water Management Institute/Earthscan. www.iwmi.cgiar.org/Assessment/
- Millennium Ecosystem Assessment (2005) *Ecosystems and Human Well-Being: Current State and Trends*, Constatações do Grupo de Trabalho sobre a Condição e Tendências. Washington: Island Press.

- Ministério dos Negócios Estrangeiros (2002) *Final Report of the Steering Committee for the Evaluation of the Co-financing Programmes*. Relatório encomendado pela plataforma de agências co-financiadoras e pela Direcção-geral da Cooperação para o Desenvolvimento, Países Baixos.
- Nagarajan, G. and R.L. Meyer (2005) *Rural Finance: Recent Advances and Emerging Lessons: Debates and Opportunities*.
- Nagayets, O. (2005) *Small Farms: Current Status and Key Trends*, Síntese informativa elaborada para o Workshop sobre o Futuro das Pequenas Farmas, Wye College, Junho de 2005. www.ifpri.org/events/seminars/2005/smallfarms/SFbgpaper.pdf
- OCDE-FAO (2006) *Perspectiva Agrícola 2006–2015*. Paris: OCDE.
- Oxfam (2006a) *Unequal Partners: How EU–ACP Economic Partnership Agreements (EPAs) could harm the development prospects of many of the world's poorest countries*. Nota Informativa da Oxfam.
- Oxfam (2006b) *In the Public Interest: Health, Education and Water and Sanitation for All*. Nota Informativa da Oxfam.
- Oxfam International (2002) *Rigged Rules and Double Standards*.
- Oxfam International (2004) *Trading Away Our Rights: Women working in global supply chains*. www.maketradefair.com/en/assets/english/taor.pdf
- Oxfam Novib (2001) *Linking AIDS with Poverty, Gender and Sexuality*. A Haia.
- Oxfam Novib (2004) *Questions and Answers on HIV/AIDS and OI's 5 Strategic Aims*. A Haia.
- Oxfam Novib (2006a) *Ser-se bom doador no tempo do SIDA*. A Haia.
- Oxfam Novib (2006b) *SPM Plans 2007-2010*. A Haia.
- Oxfam Novib (2006c) *Bedrijfsplan 2007-2010*. A Haia.
- Oxfam Novib (2006d) *How the RBA Works in Practice*. A Haia.
- Oxfam Novib (2007a) *Food security policy*.
- Oxfam Novib (2007b) *Gender Justice: Empowerment and Inclusion*. Documento para debate. A Haia.
- Oxfam Novib (2007c) *The RBA Framework in Practice*. Documento para debate. A Haia.
- Porter, M.E. (1990) *The Competitive Advantage of Nations*. Londres: Macmillan.
- Reardon, T. and J. Berdegue (2002) The rapid rise of supermarkets in Latin America: Challenges and opportunities for development. *Development Policy Review*, 20(4): 317-334.
- Seedling Magazine* (2007) número especial sobre os agrocombustíveis, GRAIN. www.grain.org/seedling_files/seed-07-07-en.pdf
- Shepherd, A.W. (2007) *Approaches to Linking Producers to Markets: A Review of Experiences to Date*. Agricultural Management, Marketing and Finance Occasional Paper 13, FAO. <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/a1123e/a1123e.pdf>
- Thornton, P.K. (2006) *Mapping Climate Vulnerability and Poverty in Africa*. Relatório ao Departamento de Desenvolvimento Internacional, ILRI, Nairobi, Quênia. www.acts.or.ke/pubs/books/docs/Mapping_Vuln_Africa.pdf
- Banco Mundial (2007) *Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento 2008: Agricultura para o Desenvolvimento*. Washington: Banco Mundial.

Oxfam Novib
CP 30919
2500 GX Haia
Países Baixos

Telefone: +31 (0) 70 342 16 21
Fax: +31 (0) 70 361 44 61
E-mail: info@oxfamnovib.nl
Site de Internet: www.oxfamnovib.nl

Documento: Documento para Debate
Autor: Gina E. Castillo;
com as contribuições de Lieke Ruijschoot, Leo van Mulekom,
Madelon Meijer, Koos Michel, Gine Zwart, Paul van Wijk,
Tilleke Kiewied, Leo Stolk e Bruno Molijn
Revisora: Valerie Jones/Contactivity
Versão: Final
Criado em: 10 de Setembro de 2007
Modificado em: 12 de Março de 2008



Um mundo justo. Sem pobreza.

 Oxfam Novib